

FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE IMBITUVA

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

000001

Requisitante: Fundo de Previdência Municipal de Imbituva

Responsável pela Demanda: Claunei Galvão da Silva

Email: fundoprevidencia@imbituva.pr.gov.br

Telefone: (42) 3436-1233

1. Objeto: Pagamento de inscrições em cursos da "2ª SEMANA PREVIDENCIÁRIA DA APEPREV".

2. Quantidades estimadas:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	LOCAL	DATA
01	PRÓ-GESTÃO	06	Restaurante Madalosso, na cidade de Curitiba-Pr	17 a 19 de Junho de 2026
02	APOSENTADORIA ESPECIAL E BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	02	Restaurante Madalosso, na cidade de Curitiba-Pr	17 a 19 de Junho de 2026
03	CONTABILIDADE E CÁLCULO ATUARIAL NA VISÃO DO TCE	01	Restaurante Madalosso, na cidade de Curitiba-Pr	17 a 19 de Junho de 2026

3. Valor estimado da contratação:

CURSOS	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
PRÓ-GESTÃO	06	R\$ 815,00	R\$ 4.890,00
APOSENTADORIA ESPECIAL E BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	02	R\$ 1.215,00	R\$ 2.430,00
CONTABILIDADE E CÁLCULO ATUARIAL NA VISÃO DO TCE	01	R\$ 1.315,00	R\$ 1.315,00
VALOR TOTAL			R\$ 8.635,00

4. Justificativa da necessidade:

O Fundo de Previdência Municipal de Imbituva reconheceu a imperativa necessidade de aprimorar o conhecimento de seus servidores, com o intuito de capacitá-los para atender de maneira mais eficiente aos novos requisitos estabelecidos pelas legislações vigentes, alvo de constantes

FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE IMBITUVA

000002

atualizações. Este é um passo crucial para assegurar que as contratações estejam alinhadas com as exigências legais vigentes, promovendo uma gestão eficaz e em conformidade com as diretrizes legais mais recentes.

Dessa forma, assume o compromisso de cumprir suas atribuições institucionais de forma proativa, reconhecendo a importância de proporcionar aos seus membros cursos de alta qualidade. Esses cursos devem ser estrategicamente elaborados para atender às demandas específicas de aprendizagem, promovendo não apenas a conformidade com as normativas legais, mas também a excelência profissional.

Nesse contexto, a oferta de capacitações alinhadas às necessidades práticas e teóricas dos seus membros não apenas fortalece a estrutura do Fundo de Previdência Municipal de Imbituva, mas também contribui para o desenvolvimento profissional.

5. Data estimada para a contratação:

Os cursos serão realizados nos dias 17 a 19 de junho de 2026.

6. O objeto a ser adquirido está previsto no Plano Anual de Contratações:

() Sim (X) Não

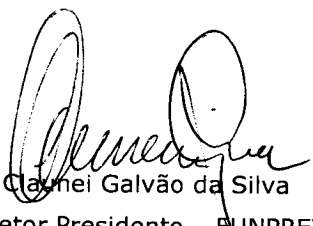
7. Informações adicionais

Não há.

8. Anexos

Não há.

Imbituva/PR, 04 de Maio de 2026.


Claynei Galvão da Silva
Diretor Presidente – FUNPREV


Amilton Tiago de Souza
Diretor Financeiro – FUNPREV

FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE IMBITUVA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

000003

ELABORAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PARA NECESSIDADE APRESENTADA A SEGUIR:

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Fundo de Previdência Municipal de Imbituva reconheceu a imperativa necessidade de aprimorar o conhecimento de seus servidores, com o intuito de capacitá-los para atender de maneira mais eficiente aos novos requisitos estabelecidos pelas legislações vigentes, alvo de constantes atualizações. Este é um passo crucial para assegurar que as contratações estejam alinhadas com as exigências legais vigentes, promovendo uma gestão eficaz e em conformidade com as diretrizes legais mais recentes.

Dessa forma, assume o compromisso de cumprir suas atribuições institucionais de forma proativa, reconhecendo a importância de proporcionar aos seus membros cursos de alta qualidade. Esses cursos devem ser estrategicamente elaborados para atender às demandas específicas de aprendizagem, promovendo não apenas a conformidade com as normativas legais, mas também a excelência profissional.

Nesse contexto, a oferta de capacitações alinhadas às necessidades práticas e teóricas dos seus membros não apenas fortalece a estrutura do Fundo de Previdência Municipal de Imbituva, mas também contribui para o desenvolvimento profissional.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

Não se aplica, pois o município não possui Plano de Contratações Anual e de acordo com Art 18 § 2º, que elenca as obrigаторiedades de elementos do ETP, o inciso II do § 1º (Demonstração de Previsão da Contratação no Plano de Contratações Anual), não consta como item obrigatório para elaboração do ETP.

3. REQUISITOS DA PARTICIPAÇÃO, CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO

3.1. PARA CONTRATAÇÃO:

3.1.1. Habilitação Jurídica

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e/ou, se for o caso, a(s) respectiva(s) alteração (ões) contratual (is), que comprove em seu objeto social a habilitação para atuação no ramo pertinente ao objeto da presente licitação;

3.1.2. Habilitação técnica

a) Não será exigida

FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE IMBITUVA

000004

3.1.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas-MF (CNPJ);
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil;
- c) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estadual, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, da sede da empresa;
- d) Prova de Regularidade com o Tesouro Municipal, da sede da proponente, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) expedido pela Caixa Econômica Federal, comprovando a regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) com prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de sua emissão;

3.1.4. Qualificação econômico-financeira

- a) Não será exigida.

3.2. PARA EXECUÇÃO

A contratada deverá disponibilizar pessoal técnico qualificado ao atendimento dos serviços contratados, possuindo notória especialização com profissionais gabaritados e experiência anterior comprovadas; e emitir aos participantes no final do evento o certificado de realização do curso, com carga horária, período de realização e conteúdo programático, além de fornecer todo material didático e espaço apropriado para a realização do curso.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E MEMÓRIAS DE CÁLCULO

Considerando os temas abordados na "2ª Edição da Semana Previdenciária", foram indicados os servidores municipais para os cursos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

CURSOS	QUANTIDADE	SERVIDORES
PRÓ-GESTÃO	06	Cleciane do Rocio Ferreira; Claunei Galvão da Silva; Emerson José Pedroso; Joziel Rodrigues Pinheiro; Maiara Hass;

FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE IMBITUVA

000005

		Ronne Ribeiro.
APOSENTADORIA ESPECIAL E BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	02	Alisson Rodrigo de Oliveira; Carolina Fernandes Moreira da Costa Silva.
CONTABILIDADE E CÁLCULO ATUARIAL NA VISÃO DO TCE	01	Gesiel Anderson Rodrigues

A solicitação de inscrição poderá, devido à inviabilidade de competição, ocorrer por inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea f da Lei nº 14.133/2021.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O Tribunal de Contas da União – TCU na Decisão 439/98 - Plenário, manifestou-se sobre a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, nos seguintes termos:

Decisão: O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE: 1. considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666 (atualmente artigo 74, inciso III, alínea f da /93). (Lei nº 14.133/2021); 2. retirar o sigilo dos autos e ordenar sua publicação em Ata; e 3. arquivar o presente processo.

Dessa forma, a contratação da Associação Paranaense Das Entidades Previdenciárias Municipais - APEPREV - CNPJ: 05.763.089/0001-61, poderá, segundo Decisão 439/98 do TCU ocorrer por inexigibilidade de licitação, conforme artigo 74, inciso III, alínea f da Lei nº 14.133/2021.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação é de R\$ 8.635,00 (oito mil, seiscentos e trinta e cinco reais).

CURSOS	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
PRÓ-GESTÃO	06	R\$ 815,00	R\$ 4.890,00
APOSENTADORIA ESPECIAL E BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	02	R\$ 1.215,00	R\$ 2.430,00

FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE IMBITUVA

000006

CONTABILIDADE E CÁLCULO ATUARIAL NA VISÃO DO TCE	01	R\$ 1.315,00	R\$ 1.315,00
VALOR TOTAL			R\$ 8.635,00

Para fins de comprovação de valor, possui em anexo contratações similares realizadas por outras entidades dos mesmos cursos do evento promovido pela associação.

A solicitação de inscrição poderá, devido à inviabilidade de competição, ocorrer por inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea f da Lei nº 14.133/2021 que dispões:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

O Fundo de Previdência Municipal de Imbituva busca constantemente a capacitação nos temas e nas boas práticas.

Com a participação nestes cursos, espera-se maior esclarecimento nos temas:

CURSO PRÓ-GESTÃO

- Sessões Teóricas:

- Fundamentos do Pró-Gestão: Explanação sobre os princípios e diretrizes da Certificação Pró-Gestão, incluindo os atos normativos que a regulamentam (Portaria SPREV nº 1.467/2021 e Resolução CMN nº 4.963/2021);
- Governança e Controle Interno: Discussão sobre as melhores práticas de governança e a importância do controle interno no RPPS;
- Gestão de Investimentos: Apresentação das diretrizes para a gestão de investimentos dos RPPS, conforme a Resolução CMN nº 4.963/2021.

- Sessões Práticas:

- a) Estudos de Caso: Análise de casos práticos, onde os participantes são divididos em grupos para discutir e apresentar soluções para problemas comuns na gestão dos RPPS;
- b) Simulações e Role-Playing: Atividades de simulação e role-playing que permitem aos participantes aplicarem os conceitos teóricos em cenários realistas;
- c) Dinâmicas de Grupo: Exercícios interativos para promover a colaboração e a troca de experiências entre os participantes.

- Ferramentas e Recursos:

- a) Softwares de Gestão: Demonstração de ferramentas e softwares que auxiliam na administração e controle dos RPPS;
- b) Manuais e Guias: Distribuição de materiais didáticos, manuais e guias práticos que os participantes podem utilizar como referência.

CURSO APOSENTADORIA ESPECIAL E BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

- Aposentadoria Especial:

- a) Servidor com deficiência;
- b) Agente comunitário de saúde e combate a endemia;
- c) Guarda Municipal;
- d) por exposição a agentes nocivos.

- Regime Jurídico Único.

- Servidor Público estabilizado.

- Conversão de tempo especial em comum (Tema 942 STF).

- Tema 709 STF e seu impacto na aposentadoria especial.

- Tema 445 STF – registro tácito pelo decurso do prazo de 5 anos para o registro no Tribunal de Contas do Estado.

- Decisões recentes do GESCON sobre benefícios e aposentadorias:

- a) Verbas inconstitucionais e efeitos administrativos para aposentadoria;
- b) Revisão pela paridade x abate-teto;
- c) tema 639 STF;
- d) cedência com recolhimento indevido, efeitos na aposentadoria;
- e) aplicação do RPC considerando o primeiro vínculo efetivo contínuo no serviço público;
- f) Cômputo de cargo em comissão antes da emenda 20/98;
- g) Erro no órgão destinatário da CTC e utilização duplicada para aposentadoria.

- Contribuição previdenciária e verbas incorporáveis e não incorporáveis.

- Incorporação de vantagens na aposentadoria e pensão:

- a) limites e possibilidades;

- b) Abono de permanência;
- c) Acumulação de rendas públicas e teto remuneratório;
- d) Decadência, prescrição e revisão de benefícios;
- e) Revisão de ato administrativo.

- Aposentadoria de Professor:

- a) Regramento constitucional pré e pós-EC 103/19;
- b) Cálculo dos proventos proporcionais;
- c) Efeitos da Lei 11.301 no cômputo do tempo de magistério;
- d) Cômputo do período de readaptação para jubilação;
- e) Conversão de tempo especial de Professor em tempo comum.

- Aposentadoria por Invalidez:

- a) Aposentadoria por incapacidade: fato gerador, readaptação e reabilitação;
- b) Nova visão da invalidez no Direito Previdenciário;
- c) Readaptação antes e depois da EC 103 de 2019;
- d) Aposentadoria por invalidez nos RPPS's que ainda não realizaram reformas;
- e) Instante de aplicação do § 2º do art. 40 da CF de 1988;
- f) Aposentadoria por invalidez com "proventos integrais": O rol de doenças graves, contagiosas ou incuráveis é taxativo ou exemplificativo? O que significa "proventos integrais"?
- g) Aposentadoria por incapacidade nos moldes da EC 103 de 2019;
- h) Impacto na pensão de servidor falecido enquanto ativo;
- i) Cálculo da aposentadoria por invalidez de professor com proventos proporcionais ao tempo;
- j) Reajuste de aposentadorias por invalidez sem paridade.

- Pensão por morte:

- a) Dependentes previdenciários;
- b) União estável, união homoafetiva e concubinato;
- c) Formas de cálculo e reajuste;
- d) Habilitação posterior ou superveniente;
- e) Rateio, reversão e extinção.

CURSO CONTABILIDADE E CÁLCULO ATUARIAL NA VISÃO DO TCE

- Objetivo: compreender os aspectos regulatórios e técnicos atuariais, bem como os registros contábeis relacionados com a implementação das principais medidas de equacionamento de déficit atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) no contexto das normas contábeis e da legislação previdenciária vigentes, com ênfase nos mecanismos de registro, controle e divulgação previstos na Instrução de Procedimentos Contábeis - IPC nº 14, edição revisada em 2022, pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), além de sinalizar as contrapartidas de registros necessários nas demonstrações contábeis do ente federativo que possui RPPS, a teor dos critérios

definidos na 11ª edição do MCASP, de observância obrigatória pelos entes federativos a partir do exercício de 2025.

- Aspectos Gerais e Legais do RPPS:

- a) Princípio Constitucional do equilíbrio financeiro e atuarial;
- b) Regimes Financeiros atuariais: repartição simples, repartição de capitais de cobertura e capitalização;
- c) Conceitos de equilíbrio financeiro e atuarial;
- d) Conceito de Resultado Atuarial, segundo a Portaria MTP nº 1.467/2022;
- e) Critérios definidos na Portaria MTP nº 1.467/2022 para o equacionamento de déficit atuarial do RPPS.

- Equacionamento de Déficit Atuarial do RPPS:

- a) Créditos a receber do RPPS oriundos da implementação, em lei do ente federativo, de plano de amortização com contribuições suplementares na forma de alíquotas;
- b) Créditos a receber do RPPS oriundos da implementação, em lei do ente federativo, de plano de amortização com contribuições suplementares na forma de aportes mensais com valores preestabelecidos;
- c) Créditos a receber do RPPS oriundos do aporte, previsto em lei do ente federativo, de imóveis e outros fluxos de receitas do ente vinculadas ao RPPS;
- d) Segregação da Massa de segurados do RPPS com a constituição do Fundo em Repartição e Fundo em Capitalização;
- e) Registros contábeis das contrapartidas dos lançamentos no ente federativo.

- Divulgação das informações necessárias em notas explicativas.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Trata-se de contratação única da prestação de serviços, não se aplicando parcelamento da solução.

9. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A capacitação de agente público é necessária e relevante para a atualização legal e sistêmica dos procedimentos disponíveis e para melhoria dos serviços prestados. Como resultado, pretende-se, além da atualização legal, a padronização, eficiência e qualificação dos servidores municipais.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS DA ADMINISTRAÇÃO

Emissão da nota de empenho em favor da referida associação, para a efetiva inscrição no curso.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não existem no momento contratações similares sendo realizadas, ou previstas a serem realizadas para esse mesmo item, ou item similar.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Não se aplica nesse tipo de solução.

13. POSICIONAMENTO SOBRE A ADEQUAÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar minuciosamente conduzido confirma a plena viabilidade da adoção desta modalidade de contratação, evidenciando que não apenas se mostra exequível, mas também representa uma abordagem que maximiza de maneira incontestável a probabilidade de alcançar os resultados almejados. Sobretudo, destaca-se como uma estratégia que não apenas preserva os recursos municipais, promovendo uma gestão econômica eficiente, mas também amplia o conhecimento dos participantes do curso. Ao adotar essa metodologia, o Fundo de Previdência Municipal de Imbituva não apenas busca o aperfeiçoamento, mas também visa promover um ambiente de aprendizado e crescimento. Diante do exposto, a equipe de apoio declara ser viável a contratação da solução pretendida, com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Imbituva/PR, 11 de Maio de 2026.


Cláudio Galvão da Silva
Diretor Presidente – FUNPREV


Amilton Tiago de Souza
Diretor Financeiro – FUNPREV



FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE IMBITUVA/PR - FUNPREV

006

Informação de Dotação Orçamentária

Em resposta a solicitação de dotação para a despesa prevista: **Pagamento de inscrições para participantes da "2ª edição da Semana Previdenciária" realizado pela APEPREV, para os integrantes da Diretoria e Conselhos do Fundo de Previdência do Município de Imbituva (FUNPREV)**, no valor de R\$ 8.635,00 (oito mil seiscentos e trinta e cinco reais), informo que nesta data existem saldos orçamentários conforme demonstrativo abaixo:

ÓRGÃO: 14 FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

UNIDADE: 001 FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

FUNÇÃO: 04 ADMINISTRAÇÃO

SUB FUNÇÃO: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: 0408 FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

PROJETO/ATIVIDADE: 04.122.0407.2-001 SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - FUNPREV

CONTA: 003: 3.3.90.36.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA

004: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

FONTE: 100: R\$ 8.635,00

Imbituva, 12 de maio de 2026.

GESIEL ANDERSON RODRIGUES
CONTADOR CRC – PR-081958/O-4

AUTORIZAÇÃO

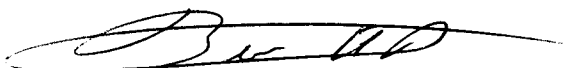
Eu, **BERTOLDO ROVER**, Prefeito Municipal de Imbituva, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que são conferidas por Lei, e de conformidade com o disposto na Lei nº 14133/2021, e os Decretos Municipais 6805/23, 6806/23, 6807/23, 6808/23, 6809/23, 6810/23, 6811/23, 6812/23, 6813/23 e suas alterações posteriores:

AUTORIZO a abertura de processo de contratação, para pagamento de inscrições em cursos da "2ª Semana Previdenciária da APEPREV".

Fica dispensada a manifestação jurídica, conforme Orientação Normativa nº 01/2024 expedida pelo Procurador Geral do Município.

Fica designado para atuar como Agente de Contratação neste processo, o Servidor Alderi Mehret Junior, nomeado pelo Decreto Municipal nº 6829/2024.

Imbituva/PR, 12 de Maio de 2026.



BERTOLDO ROVER
PREFEITO MUNICIPAL



De acordo com a Lei nº 1742/2019, de 17 de Junho de 2019.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Prefeitura do Município de Imbituva - Estado do Paraná

ATOS DO PODER EXECUTIVO

00013



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

ESTADO DO PARANÁ

ORIENTAÇÃO NORMATIVA PGM Nº 01, DE 23 DE ABRIL DE 2024

O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 23, inciso VI, da Lei Municipal 1973/2024, resolve expedir a presente Orientação Normativa:

Não é obrigatória a Manifestação Jurídica nas contratações diretas de pequeno valor até o limite previsto no § 1º do art. 4º do Decreto Municipal nº 6812/2023, salvo se houver celebração de contrato administrativo e este não estiver padronizado pelo órgão de assessoramento jurídico, ou nas hipóteses em que o administrador tenha suscitado dúvida a respeito da legalidade da dispensa de licitação. Aplica-se o mesmo entendimento às contratações diretas fundadas no art. 74, da Lei nº 14.133/2021, desde que seus valores não ultrapassem o limite previsto no § 1º do artigo 4º do Decreto Municipal nº 6812/2023.

Referência: artigo 5º, art. 53, §3º, 4º, 5º, art. 72, inciso III, e art. 95, da Lei 14.133/2021.

Imbituva, 23 de abril de 2024.

Giovani Claudio Andrade

Procurador

OAB/PR 31836

(Republicado por incorreções)

Rua Pref. José Buhner Junior, 462
Tel.: (42) 3436-1233

CEP: 84430-000
E-mail: pmi@visaonet.com.br

CNPJ 76.175.892/0001-23
Fax: (42) 3436-1780



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com
Certificado Padrão ICP - Brasil E Protocolado com
Carimbo de Tempo SCT.

A Prefeitura Municipal de Imbituva da garantia da autenticidade
deste documento, desde que visualizado através do Site
www.imbituva.pr.gov.br.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Prefeitura do Município de Imbituva - Estado do Paraná

ATOS DO PODER EXECUTIVO

000014

DECRETO N.º 6829/2024

Designa servidores para atuação como Agentes de Contratação, institui Comissão de Contratação e disciplina a designação de pregoeiro, leiloeiro, Equipe de Apoio, de acordo com as regras da Lei Federal n.º 14.133/2021 e do Decreto Municipal n.º 6805/2023.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 6º, I e LX, art. 7º, art. 8º e art. 31, todos da Lei Federal n.º 14.133/2021 e no Decreto Municipal n.º 6805/2023,

Resolve:

Art. 1º Designar estes servidores para atuar como Agentes de Contratação:

I – Amilton Tiago de Souza;

II – Alderi Mehret Junior;

III – Vanessa Machado de Souza;

IV – Graziela Luchs Penteado.

Art. 2º Os agentes de Contratação atuarão mediante Ato Formal da autoridade administrativa, em concordância ao Art. 2º § 1º, e Art. 4º do Decreto Municipal 6805/2023, mediante distribuição dos Documentos de Formalização de Demanda protocolados junto ao Departamento de Compras, salvo nas hipóteses de afastamento, impedimento legal ou regulamentar.

§1º Para licitação na modalidade pregão, os agentes de contratação atuarão como pregoeiro para condução de cada certame nessa mesma modalidade, conforme Art. 2º § 2º, e Art. 5º do Dec. Municipal 6805/2023.

§2º Para licitação na modalidade leilão, os agentes de contratação atuarão como leiloeiro, mediante Ato Formal da autoridade administrativa, salvo nas hipóteses de afastamento, impedimento legal ou regulamentar, conforme Art. 2º § 3º do Dec. Municipal 6805/2023.





DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Prefeitura do Município de Imbituva - Estado do Paraná

ATOS DO PODER EXECUTIVO

000015

§3º Poderá a Secretaria de Administração optar por credenciar leiloeiro oficial para realização de leilão, conforme o caso.

Art. 3º Institui a Comissão de Contratação e sua forma de atuação, conforme Art. 10º do Dec. Municipal 6805/2023.

§ 1º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, desde que observados os requisitos estabelecidos no art. 7º, §2º da Lei 14.133/21, o Agente de Contratação poderá ser substituído por Comissão de Contratação formada por, no mínimo, 3 (três) membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão

Art. 4º O Agente de Contratação e a Comissão Permanente de Contratação contarão com o auxílio de Equipe de Apoio formada por, no mínimo, três servidores, conforme Art. 7º e Art. 8º do Dec. Municipal 6805/2023.

Art. 5º O Agente de Contratação, a Comissão de Contratação e a Equipe de Apoio contarão, no desempenho de suas funções essenciais, com o auxílio da Assessoria Jurídica e das unidades que exercem controle interno, conforme Art. 13º do Dec. Municipal 6805/2023.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituva/PR, 09 de Janeiro de 2024.

Celso Kubaski
Prefeito Municipal



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com
Certificado Padrão ICP - Brasil E Protocolado com
Carimbo de Tempo SCT.

A Prefeitura Municipal de Imbituva da garantia da autenticidade
deste documento, desde que visualizado através do Site
www.imbituva.pr.gov.br.

FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE IMBITUVA

000016

TERMO DE REFERÊNCIA

1. **OBJETO:** Pagamento de inscrições em cursos da "2ª SEMANA PREVIDENCIÁRIA DA APEPREV".

2. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	LOCAL	DATA
01	PRÓ-GESTÃO	06	Restaurante Madalosso, na cidade de Curitiba-Pr	17 a 19 de Junho de 2026
02	APOSENTADORIA ESPECIAL E BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	02	Restaurante Madalosso, na cidade de Curitiba-Pr	17 a 19 de Junho de 2026
03	CONTABILIDADE E CÁLCULO ATUARIAL NA VISÃO DO TCE	01	Restaurante Madalosso, na cidade de Curitiba-Pr	17 a 19 de Junho de 2026

2.1 LEVANTAMENTO DE VALORES

CURSOS	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
PRÓ-GESTÃO	06	R\$ 815,00	R\$ 4.890,00
APOSENTADORIA ESPECIAL E BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	02	R\$ 1.215,00	R\$ 2.430,00
CONTABILIDADE E CÁLCULO ATUARIAL NA VISÃO DO TCE	01	R\$ 1.315,00	R\$ 1.315,00
VALOR TOTAL			R\$ 8.635,00

3. PRAZO DA CONTRATAÇÃO

A contratação poderá ser realizada pelo período de 30 (trinta) dias.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o item 01 do ETP, o Fundo de Previdência Municipal de Imbituva reconheceu a imperativa necessidade de aprimorar o conhecimento de seus servidores, com o intuito de capacitá-los para atender de maneira mais eficiente aos novos requisitos estabelecidos pelas legislações vigentes, alvo de constantes atualizações. Este é um passo crucial para assegurar que as

FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE IMBITUVA

000017

contratações estejam alinhadas com as exigências legais vigentes, promovendo uma gestão eficaz e em conformidade com as diretrizes legais mais recentes.

Dessa forma, assume o compromisso de cumprir suas atribuições institucionais de forma proativa, reconhecendo a importância de proporcionar aos seus membros cursos de alta qualidade. Esses cursos devem ser estrategicamente elaborados para atender às demandas específicas de aprendizagem, promovendo não apenas a conformidade com as normativas legais, mas também a excelência profissional.

Nesse contexto, a oferta de capacitações alinhadas às necessidades práticas e teóricas dos seus membros não apenas fortalece a estrutura do Fundo de Previdência Municipal de Imbituva, mas também contribui para o desenvolvimento profissional.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, onde é colocado que o Fundo de Previdência Municipal de Imbituva busca constantemente a capacitação nos temas e nas boas práticas.

CURSOS	QUANTIDADE	SERVIDORES
PRÓ-GESTÃO	06	Cleciane do Rocio Ferreira; Claunei Galvão da Silva; Emerson José Pedroso; Joziel Rodrigues Pinheiro; Maiara Hass; Ronne Ribeiro.
APOSENTADORIA ESPECIAL E BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	02	Alisson Rodrigo de Oliveira; Carolina Fernandes Moreira da Costa Silva.
CONTABILIDADE E CÁLCULO ATUARIAL NA VISÃO DO TCE	01	Gesiel Anderson Rodrigues

Com a participação nestes cursos, espera-se maior esclarecimento nos temas:

CURSO PRÓ-GESTÃO

- Sessões Teóricas:

- a) Fundamentos do Pró-Gestão: Explanação sobre os princípios e diretrizes da Certificação Pró-Gestão, incluindo os atos normativos que a regulamentam (Portaria SPREV nº 1.467/2021 e Resolução CMN nº 4.963/2021);
- b) Governança e Controle Interno: Discussão sobre as melhores práticas de governança e a importância do controle interno no RPPS;
- c) Gestão de Investimentos: Apresentação das diretrizes para a gestão de investimentos dos RPPS, conforme a Resolução CMN nº 4.963/2021.

- Sessões Práticas:

- a) Estudos de Caso: Análise de casos práticos, onde os participantes são divididos em grupos para discutir e apresentar soluções para problemas comuns na gestão dos RPPS;
- b) Simulações e Role-Playing: Atividades de simulação e role-playing que permitem aos participantes aplicarem os conceitos teóricos em cenários realistas;
- c) Dinâmicas de Grupo: Exercícios interativos para promover a colaboração e a troca de experiências entre os participantes.

- Ferramentas e Recursos:

- a) Softwares de Gestão: Demonstração de ferramentas e softwares que auxiliam na administração e controle dos RPPS;
- b) Manuais e Guias: Distribuição de materiais didáticos, manuais e guias práticos que os participantes podem utilizar como referência.

CURSO APOSENTADORIA ESPECIAL E BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

- Aposentadoria Especial:

- a) Servidor com deficiência;
- b) Agente comunitário de saúde e combate a endemia;
- c) Guarda Municipal;
- d) por exposição a agentes nocivos.

- Regime Jurídico Único.

- Servidor Público estabilizado.

- Conversão de tempo especial em comum (Tema 942 STF).

- Tema 709 STF e seu impacto na aposentadoria especial.

- Tema 445 STF – registro tácito pelo decurso do prazo de 5 anos para o registro no Tribunal de Contas do Estado.

- Decisões recentes do GESCON sobre benefícios e aposentadorias:

- a) Verbas inconstitucionais e efeitos administrativos para aposentadoria;
- b) Revisão pela paridade x abate-teto;
- c) tema 639 STF;

- d) cedência com recolhimento indevido, efeitos na aposentadoria;
- e) aplicação do RPC considerando o primeiro vínculo efetivo contínuo no serviço público;
- f) Cômputo de cargo em comissão antes da emenda 20/98;
- g) Erro no órgão destinatário da CTC e utilização duplicada para aposentadoria.

- Contribuição previdenciária e verbas incorporáveis e não incorporáveis.

- Incorporação de vantagens na aposentadoria e pensão:

- a) limites e possibilidades;
- b) Abono de permanência;
- c) Acumulação de rendas públicas e teto remuneratório;
- d) Decadência, prescrição e revisão de benefícios;
- e) Revisão de ato administrativo.

- Aposentadoria de Professor:

- a) Regramento constitucional pré e pós-EC 103/19;
- b) Cálculo dos proventos proporcionais;
- c) Efeitos da Lei 11.301 no cômputo do tempo de magistério;
- d) Cômputo do período de readaptação para jubilação;
- e) Conversão de tempo especial de Professor em tempo comum.

- Aposentadoria por Invalidez:

- a) Aposentadoria por incapacidade: fato gerador, readaptação e reabilitação;
- b) Nova visão da invalidez no Direito Previdenciário;
- c) Readaptação antes e depois da EC 103 de 2019;
- d) Aposentadoria por invalidez nos RPPS's que ainda não realizaram reformas;
- e) Instante de aplicação do § 2º do art. 40 da CF de 1988;
- f) Aposentadoria por invalidez com "proventos integrais": O rol de doenças graves, contagiosas ou incuráveis é taxativo ou exemplificativo? O que significa "proventos integrais"?
- g) Aposentadoria por incapacidade nos moldes da EC 103 de 2019;
- h) Impacto na pensão de servidor falecido enquanto ativo;
- i) Cálculo da aposentadoria por invalidez de professor com proventos proporcionais ao tempo;
- j) Reajuste de aposentadorias por invalidez sem paridade.

- Pensão por morte:

- a) Dependentes previdenciários;
- b) União estável, união homoafetiva e concubinato;
- c) Formas de cálculo e reajuste;
- d) Habilitação posterior ou superveniente;
- e) Rateio, reversão e extinção.

CURSO CONTABILIDADE E CÁLCULO ATUARIAL NA VISÃO DO TCE

- Objetivo: compreender os aspectos regulatórios e técnicos atuariais, bem como os registros contábeis relacionados com a implementação das principais medidas de equacionamento de déficit atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) no contexto das normas contábeis e da legislação previdenciária vigentes, com ênfase nos mecanismos de registro, controle e divulgação previstos na Instrução de Procedimentos Contábeis - IPC nº 14, edição revisada em 2022, pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), além de sinalizar as contrapartidas de registros necessários nas demonstrações contábeis do ente federativo que possui RPPS, a teor dos critérios definidos na 11ª edição do MCASP, de observância obrigatória pelos entes federativos a partir do exercício de 2025.

- Aspectos Gerais e Legais do RPPS:

- a) Princípio Constitucional do equilíbrio financeiro e atuarial;
- b) Regimes Financeiros atuariais: repartição simples, repartição de capitais de cobertura e capitalização;
- c) Conceitos de equilíbrio financeiro e atuarial;
- d) Conceito de Resultado Atuarial, segundo a Portaria MTP nº 1.467/2022;
- e) Critérios definidos na Portaria MTP nº 1.467/2022 para o equacionamento de déficit atuarial do RPPS.

- Equacionamento de Déficit Atuarial do RPPS:

- a) Créditos a receber do RPPS oriundos da implementação, em lei do ente federativo, de plano de amortização com contribuições suplementares na forma de alíquotas;
- b) Créditos a receber do RPPS oriundos da implementação, em lei do ente federativo, de plano de amortização com contribuições suplementares na forma de aportes mensais com valores preestabelecidos;
- c) Créditos a receber do RPPS oriundos do aporte, previsto em lei do ente federativo, de imóveis e outros fluxos de receitas do ente vinculadas ao RPPS;
- d) Segregação da Massa de segurados do RPPS com a constituição do Fundo em Repartição e Fundo em Capitalização;
- e) Registros contábeis das contrapartidas dos lançamentos no ente federativo.

- Divulgação das informações necessárias em notas explicativas.

6. REQUISITOS DA PARTICIPAÇÃO, CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO

6.1. PARA CONTRATAÇÃO:

6.1.1. Habilitação Jurídica

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e/ou, se for o caso, a(s) respectiva(s) alteração (ões) contratual (is), que comprove em seu objeto social a habilitação para atuação no ramo pertinente ao objeto da presente licitação;

6.1.2. Habilitação técnica

a) Não será exigida

6.1.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas-MF (CNPJ);

b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil;

c) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estadual, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, da sede da empresa;

d) Prova de Regularidade com o Tesouro Municipal, da sede da proponente, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos;

e) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) expedido pela Caixa Econômica Federal, comprovando a regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) com prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de sua emissão;

6.1.4. Qualificação econômico-financeira

a) Não será exigida

6.2. PARA EXECUÇÃO

A contratada deverá disponibilizar pessoal técnico qualificado ao atendimento dos serviços contratados, possuindo notória especialização com profissionais gabaritados e experiência anterior comprovadas; e emitir aos participantes no final do evento o certificado de realização do curso, com carga horária, período de realização e conteúdo programático, além de fornecer todo material didático e espaço apropriado para a realização do curso.

7. SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

8. GARANTIA CONTRATUAL

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA)

FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE IMBITUVA

03/0022

Os serviços serão prestados em Curitiba/PR, no Restaurante Madalosso na cidade de Curitiba/PR, nas datas de 17 a 19 de junho de 2026.

- **Dia 17/06/2026:** 13:00 h às 17:30 h
- **Dia 18/06/2026:** 08:30 h às 17:30 h
- **Dia 19/06/2026:** 08:30 h às 12:00 h

Conteúdo Programático:

CURSO PRÓ-GESTÃO

- Sessões Teóricas:

- a) Fundamentos do Pró-Gestão: Explicação sobre os princípios e diretrizes da Certificação Pró-Gestão, incluindo os atos normativos que a regulamentam (Portaria SPREV nº 1.467/2021 e Resolução CMN nº 4.963/2021);
- b) Governança e Controle Interno: Discussão sobre as melhores práticas de governança e a importância do controle interno no RPPS;
- c) Gestão de Investimentos: Apresentação das diretrizes para a gestão de investimentos dos RPPS, conforme a Resolução CMN nº 4.963/2021.

- Sessões Práticas:

- a) Estudos de Caso: Análise de casos práticos, onde os participantes são divididos em grupos para discutir e apresentar soluções para problemas comuns na gestão dos RPPS;
- b) Simulações e Role-Playing: Atividades de simulação e role-playing que permitem aos participantes aplicarem os conceitos teóricos em cenários realistas;
- c) Dinâmicas de Grupo: Exercícios interativos para promover a colaboração e a troca de experiências entre os participantes.

- Ferramentas e Recursos:

- a) Softwares de Gestão: Demonstração de ferramentas e softwares que auxiliam na administração e controle dos RPPS;
- b) Manuais e Guias: Distribuição de materiais didáticos, manuais e guias práticos que os participantes podem utilizar como referência.

CURSO APOSENTADORIA ESPECIAL E BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

- Aposentadoria Especial:

- a) Servidor com deficiência;
- b) Agente comunitário de saúde e combate a endemia;
- c) Guarda Municipal;
- d) por exposição a agentes nocivos.

- Regime Jurídico Único.

FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE IMBITUVA

000023

- Servidor Público estabilizado.
- Conversão de tempo especial em comum (Tema 942 STF).
- Tema 709 STF e seu impacto na aposentadoria especial.
- Tema 445 STF – registro tácito pelo decurso do prazo de 5 anos para o registro no Tribunal de Contas do Estado.

- Decisões recentes do GESCON sobre benefícios e aposentadorias:
 - a) Verbas inconstitucionais e efeitos administrativos para aposentadoria;
 - b) Revisão pela paridade x abate-teto;
 - c) tema 639 STF;
 - d) cedência com recolhimento indevido, efeitos na aposentadoria;
 - e) aplicação do RPC considerando o primeiro vínculo efetivo contínuo no serviço público;
 - f) Cômputo de cargo em comissão antes da emenda 20/98;
 - g) Erro no órgão destinatário da CTC e utilização duplicada para aposentadoria.

- Contribuição previdenciária e verbas incorporáveis e não incorporáveis.

- Incorporação de vantagens na aposentadoria e pensão:
 - a) limites e possibilidades;
 - b) Abono de permanência;
 - c) Acumulação de rendas públicas e teto remuneratório;
 - d) Decadência, prescrição e revisão de benefícios;
 - e) Revisão de ato administrativo.

- Aposentadoria de Professor:
 - a) Regramento constitucional pré e pós-EC 103/19;
 - b) Cálculo dos proventos proporcionais;
 - c) Efeitos da Lei 11.301 no cômputo do tempo de magistério;
 - d) Cômputo do período de readaptação para jubilação;
 - e) Conversão de tempo especial de Professor em tempo comum.

- Aposentadoria por Invalidez:
 - a) Aposentadoria por incapacidade: fato gerador, readaptação e reabilitação;
 - b) Nova visão da invalidez no Direito Previdenciário;
 - c) Readaptação antes e depois da EC 103 de 2019;
 - d) Aposentadoria por invalidez nos RPPS's que ainda não realizaram reformas;
 - e) Instante de aplicação do § 2º do art. 40 da CF de 1988;
 - f) Aposentadoria por invalidez com “proventos integrais”: O rol de doenças graves, contagiosas ou incuráveis é taxativo ou exemplificativo? O que significa “proventos integrais”?
 - g) Aposentadoria por incapacidade nos moldes da EC 103 de 2019;

- h) Impacto na pensão de servidor falecido enquanto ativo;
- i) Cálculo da aposentadoria por invalidez de professor com proventos proporcionais ao tempo;
- j) Reajuste de aposentadorias por invalidez sem paridade.

- Pensão por morte:

- a) Dependentes previdenciários;
- b) União estável, união homoafetiva e concubinato;
- c) Formas de cálculo e reajuste;
- d) Habilitação posterior ou superveniente;
- e) Rateio, reversão e extinção.

CURSO CONTABILIDADE E CÁLCULO ATUARIAL NA VISÃO DO TCE

- Objetivo: compreender os aspectos regulatórios e técnicos atuariais, bem como os registros contábeis relacionados com a implementação das principais medidas de equacionamento de déficit atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) no contexto das normas contábeis e da legislação previdenciária vigentes, com ênfase nos mecanismos de registro, controle e divulgação previstos na Instrução de Procedimentos Contábeis - IPC nº 14, edição revisada em 2022, pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), além de sinalizar as contrapartidas de registros necessários nas demonstrações contábeis do ente federativo que possui RPPS, a teor dos critérios definidos na 11ª edição do MCASP, de observância obrigatória pelos entes federativos a partir do exercício de 2025.

- Aspectos Gerais e Legais do RPPS:

- a) Princípio Constitucional do equilíbrio financeiro e atuarial;
- b) Regimes Financeiros atuariais: repartição simples, repartição de capitais de cobertura e capitalização;
- c) Conceitos de equilíbrio financeiro e atuarial;
- d) Conceito de Resultado Atuarial, segundo a Portaria MTP nº 1.467/2022;
- e) Critérios definidos na Portaria MTP nº 1.467/2022 para o equacionamento de déficit atuarial do RPPS.

- Equacionamento de Déficit Atuarial do RPPS:

- a) Créditos a receber do RPPS oriundos da implementação, em lei do ente federativo, de plano de amortização com contribuições suplementares na forma de alíquotas;
- b) Créditos a receber do RPPS oriundos da implementação, em lei do ente federativo, de plano de amortização com contribuições suplementares na forma de aportes mensais com valores preestabelecidos;
- c) Créditos a receber do RPPS oriundos do aporte, previsto em lei do ente federativo, de imóveis e outros fluxos de receitas do ente vinculadas ao RPPS;
- d) Segregação da Massa de segurados do RPPS com a constituição do Fundo em Repartição e Fundo em Capitalização;

e) Registros contábeis das contrapartidas dos lançamentos no ente federativo.

- Divulgação das informações necessárias em notas explicativas.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

De acordo com o Decreto Municipal **6806/2023** onde regulamenta a atuação de fiscais e gestores de contratos.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E OU PAGAMENTO

11.1. RECEBIMENTO

a) A prestação dos serviços pela proponente será acompanhado e fiscalizado pelo(a) responsável designado(a), visando verificar o cumprimento das especificações previstas no Termo de Referência e na proposta apresentada. A Nota Fiscal, DANFE ou documento de cobrança equivalente deverá ser apresentada juntamente com os serviços executados e deverá, obrigatoriamente, conter o número do empenho, a fim de garantir sua correta tramitação nos setores competentes. A Nota Fiscal Eletrônica deverá ser encaminhada para o e-mail: fundoprevidencia@imbituva.pr.gov.br;

b) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/21, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

c) O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

d) O objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do programa computacional com as especificações; e Definitivamente, após a verificação da qualidade Técnica e Operacional e consequentemente aceitação nos termos constantes da nota de empenho.

e) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

f) Após o tramite do recebimento, as Notas Fiscais Eletrônicas serão encaminhadas ao Departamento de Compras, onde serão conferidas, atestadas e aceitas. Em seguida, serão protocoladas e enviadas ao Departamento de Contabilidade para fins de liquidação e pagamento.

11.2. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

a) O pagamento será efetuado para efetivação das inscrições nos respectivos cursos.

FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE IMBITUVA

008026

b) O pagamento será efetuado de acordo com o Decreto Municipal Nº 7503/2025; especialmente quanto às disposições previstas nos artigos seguintes:

Art. 2º O pagamento das obrigações contratuais das entidades municipais de direito público deverá observar a ordem cronológica para cada fonte de recursos, separadamente por unidade administrativa e subdividida nas seguintes categorias de contratos:

I – Fornecimento de bens;

II – Locações;

III – Prestação de serviços; e

IV – Realização de obras.

Art. 3º A ordem cronológica terá como marco inicial, para efeito de inclusão da sequência de pagamentos, a liquidação de despesa.

Art. 7º A alteração da ordem cronológica de pagamento somente ocorrerá mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao Controle Interno, exclusivamente nas seguintes situações:

I – Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

II – Pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

III – Pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

IV – Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa Contratada; e

V – Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

Art. 10º Aplica-se o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para os pagamentos a contar da data de liquidação.

c) De acordo com o Decreto Nº 6846/2024 que dispõe sobre a retenção de tributos no pagamento pela Prefeitura Municipal de Imbituva aos seus fornecedores, O Município de Imbituva, ao efetuar pagamentos a pessoas físicas ou jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de engenharia, fica obrigado a proceder à retenção do Imposto de Renda (IR), observando as disposições do Decreto. A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no anexo I. Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão, a partir da vigência do presente Decreto, emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção estabelecidas pela legislação tributária cabendo recusa por parte dos setores competentes da Prefeitura de documentos fiscais que não estejam de acordo com o previsto no Decreto, podendo ocasionar falta de pagamento.

d) Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao adjudicatário e o pagamento ficará pendente até que ele providencie as medidas

saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus a Prefeitura de Imbituva.

e) O pagamento efetuado pela Prefeitura não isenta o contratado de suas obrigações e responsabilidades assumidas e demais encargos.

f) O Inadimplemento financeiro por parte do Município ensejará ao contratado direito à correção monetária sobre os valores a pagar que ultrapassarem o prazo legal. O Índice para correção monetária será o IPCA (índice oficial de inflação), proporcionalmente ao período do atraso, e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

g) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

h) Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Inexigibilidade de Licitação, fundamento na alínea "f" do Inciso III do Art 74 da Lei 14.133/2021, que diz:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

O artigo 6º, inciso XIX, da Lei 14.133/21, define:

Art. 6º Para os fins desta Lei consideram-se:

(...)

XIX - notória especialização: qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite

inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

12.2. NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO E RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR DO EVENTO DE CAPACITAÇÃO:

- a) O contratado atende os requisitos necessários para a inexigibilidade de licitação, pois se trata de serviço predominantemente intelectual e possui notória especialização com profissionais gabaritados e experiência anterior comprovada. Quanto aos cursos ofertados pela Associação Paranaense Das Entidades Previdenciárias Municipais - APEPREV, pode-se destacar:
- b) serviço técnico especializado: cada curso é composto por orientações peculiares no âmbito da Administração Pública, abrangendo áreas específicas, voltadas para a capacitação de agentes públicos; não são cursos que interessam à iniciativa privada, mas só e unicamente ao meio público;
- c) natureza singular: não existe outro curso igual; inexistente outro professor igual; tanto o conteúdo programático, quanto a metodologia e didática são únicos;
- d) notória especialização da contratada: a Associação Paranaense Das Entidades Previdenciárias Municipais - APEPREV, atua oferecendo capacitação e treinamento de agentes públicos e equivalentes há vários anos, com extensa carga, como se pode visualizar em seu site (<https://sempereventos.com.br/aeprev/eventos-anteriores>); disponibilizando corpo docente com qualificação e experiência prática na respectiva área ministrada.
- e) Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- f) Se o contratado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- g) Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- h) Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:
- Habilitação Jurídica, Fiscal, Social e Trabalhista.
 - Comprovação de Qualificação Técnica.

12.3 LISTA DE QUALIFICAÇÃO DA PROFESSORA QUE MINISTRARÁ O CURSO

NAIARA FULOP

Advogada, professora do curso preparatório das certificações profissionais de RPPS, com pós-graduação em Direito Público com MBA em Direito do Trabalho e Previdência, pós-graduação em Seguridade Social e Mestranda em Direito.

BRUNO SÁ FREIRE MARTINS

Servidor público efetivo do Instituto de Previdência do Estado de Mato Grosso - MTPREV; advogado; consultor jurídico da ANEPREM, da APEPREV e da APPEAL; pós-graduado em Direito Público e em Direito Previdenciário; Coordenador do MBA em Regime Próprio do ICDS; membro do Conselho Editorial da Revista de Direito Prática Previdenciária; autor de diversos livros e artigos nas áreas de Direito Previdenciário e Direito Administrativo.

FERNANDO CALAZANS

Advogado, professor, Mestre em Administração Pública com ênfase em Previdência do Servidor Público e Especialista em Gestão Previdenciária e em Direito Público, certificado pelo Instituto de Certificação de Seguridade Social. É professor de Direito do UNIFEMM e de pós-graduação em diversas instituições de ensino. Vice-Presidente do Fundo de Pensão OABPREV-MG. Autor de artigos e livros sobre Previdência Social, Previdência do Servidor Público e Previdência Complementar.

SAMANTA ZANIQUELI

Consultora de Valores Mobiliários, atua no mercado financeiro há 15 anos. É bacharel em Administração de Empresas e Especialização em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Atuação na prestação de serviços voltados para Regimes Próprios de Previdência, passando pelas áreas de Gerência de Investimentos, Compliance e Governança, sendo atualmente a Compliance Officer, responsável pela implantação e cumprimento de regras, procedimentos e controles internos e das normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Consultora especializada na Implantação e Manutenção da Certificação Institucional Pró-Gestão.

TATIANA FUTO

Formada em Administração de Empresas, com mais de 20 anos de experiência na área da Qualidade, processos de certificação e atendimento ao cliente. Atuando desde 2015 no Instituto Totum na Gerência Operacional de Programas de Certificação de empresas e pessoas, bem como em Programas Setoriais de Autorregulação e Selos de Qualidade, liderando todos os processos operacionais dos Programas de Certificação do Pró-Gestão e Certificação profissional de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo total da contratação é de R\$ 8.635,00 (oito mil, seiscentos e trinta e cinco reais).

FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE IMBITUVA

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

000030

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos previstos nas seguintes dotações orçamentárias:

14.001.04.122.0407.2-001.33.90.39.00.00 C004 F100

Imbituva/PR, 14 de Maio de 2026.



Cláudio Galvão da Silva
Diretor Presidente – FUNPREV



Amilton Tiago de Souza
Diretor Financeiro – FUNPREV



010031

2ª EDIÇÃO SEMANA PREVIDENCIÁRIA



PRÓ-GESTÃO

Dia 17/06 - das 13h às 17h30
Dia 18/06 - das 8h30 às 17h30
Dia 19/06 - das 8h30 às 12h

Restaurante Madalosso
CURITIBA

FAÇA SUA INSCRIÇÃO:
WWW.APEPREV.COM.BR



APRESENTAÇÃO

DAS INSCRIÇÕES

LOCAL

HOSPEDAGEM

PROGRAMAÇÃO

DAS INSCRIÇÕES

INSCREVA-SE

VALORES

RPPS ASSOCIADO - R\$ 815,00

RPPS DE OUTROS ESTADOS - R\$ 815,00

RPPS NÃO ASSOCIADO - R\$ 1.510,00

2ª EDIÇÃO SEMANA PREVIDENCIÁRIA



PRÓ-GESTÃO

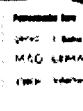
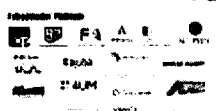
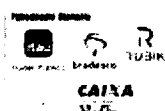
Dia 17/06 - das 13h às 17h30

Dia 18/06 - das 8h30 às 17h30

Dia 19/06 - das 8h30 às 12h

**Restaurante Madalosso
CURITIBA**

FAÇA SUA INSCRIÇÃO:
WWW.APEPREV.COM.BR



APRESENTAÇÃO

DAS INSCRIÇÕES

LOCAL

HOSPEDAGEM

PROGRAMAÇÃO >

PROGRAMAÇÃO

1. Abertura e Apresentação

a. Boas-vindas e Introdução: Início com uma breve introdução sobre os objetivos da oficina e a importância da Certificação Institucional Pró-Gestão.

b. Apresentação dos Facilitadores: Breve apresentação dos facilitadores e suas respectivas experiências e qualificações.

2. Sessões Teóricas (Participação das Certificadoras)

- a. Fundamentos do Pró-Gestão: Explicação sobre os princípios e diretrizes da Certificação Pró-Gestão, incluindo os atos normativos que a regulamentam (Portaria SPREV nº 1.467/2021 e Resolução CMN nº 4.963/2021);
- b. Governança e Controle Interno: Discussão sobre as melhores práticas de governança e a importância do controle interno no RPPS.
- c. Gestão de Investimentos: Apresentação das diretrizes para a gestão de investimentos dos RPPS, conforme a Resolução CMN nº 4.963/2021.

3. Sessões Práticas

- a. Estudos de Caso: Análise de casos práticos, onde os participantes são divididos em grupos para discutir e apresentar soluções para problemas comuns na gestão dos RPPS;
- b. Simulações e Role-Playing: Atividades de simulação e role-playing que permitem aos participantes aplicarem os conceitos teóricos em cenários realistas;
- c. Dinâmicas de Grupo: Exercícios interativos para promover a colaboração e a troca de experiências entre os participantes.

4. Ferramentas e Recursos

- a. Softwares de Gestão: Demonstração de ferramentas e softwares que auxiliam na administração e controle dos RPPS;
- b. Manuais e Guias: Distribuição de materiais didáticos, manuais e guias práticos que os participantes podem utilizar como referência;

5. Discussões e Feedback

a. Mesa Redonda: Sessão de discussão aberta onde os participantes podem fazer perguntas, compartilhar experiências e discutir desafios específicos enfrentados em seus RPPS.

b. Feedback dos Participantes: Coleta de feedback dos participantes sobre a oficina, visando melhorias contínuas.

6. Encerramento

a. Resumo e Conclusões: Recapitulação dos principais pontos abordados durante a oficina.

b. Certificação de Participação: Entrega de certificados de participação aos presentes.



000035

2ª EDIÇÃO SEMANA PREVIDENCIÁRIA



APOSENTADORIA ESPECIAL E BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Dia 17/06 - das 13h às 17h30

Dia 18/06 - das 8h30 às 17h30

Dia 19/06 - das 8h30 às 12h

Restaurante Madalosso
CURITIBA

FAÇA SUA INSCRIÇÃO:
WWW.APEPREV.COM.BR



APRESENTAÇÃO

DAS INSCRIÇÕES

LOCAL

HOSPEDAGEM

PROGRAMAÇÃO

DAS INSCRIÇÕES

INSCREVA-SE

VALORES

RPPS ASSOCIADO - R\$ 1.215,00

RPPS DE OUTROS ESTADOS - R\$ 1.215,00

RPPS NÃO ASSOCIADO - R\$ 1.975,00

000036

**2ª EDIÇÃO
SEMANA
PREVIDENCIÁRIA**



APOSENTADORIA ESPECIAL E BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Dia 17/06 - das 13h às 17h30

Dia 18/06 - das 8h30 às 17h30

Dia 19/06 – das 8h30 às 12h

Restaurante Madalosso

FAÇA SUA INSCRIÇÃO:
WWW.APEPREV.COM.BR



< APRESENTAÇÃO DAS INSCRIÇÕES LOCAL HOSPEDAGEM PROGRAMAÇÃO >

PROGRAMAÇÃO

Dia 17/06 - 13h às 17h30

Bruno Martins - 13h à 17h30

Aposentadoria Especial:

- a) Servidor com deficiência,
b) Agente comunitário de saúde e combate a endemia;
c) Guarda Municipal
d) por exposição a agentes nocivos.

Dia 17/06 - 8h30 às 17h30 (Almoço das 12h às 13h)**Bruno Martins - 8h30 às 11h**

- Regime Jurídico Único.
- Servidor Público estabilizado.
- Conversão de tempo especial em comum (Tema 942 STF).
- Tema 709 STF e seu impacto na aposentadoria especial.
- Tema 445 STF – registro tácito pelo decurso do prazo de 5 anos para o registro no Tribunal de Contas do Estado.

Naiara Fulop - 11h às 12h + 13h às 14h

Tema: decisões recentes do GESCON sobre benefícios e aposentadorias

- Verbas inconstitucionais e efeitos administrativos para aposentadoria
- Revisão pela paridade x abate-teto
- tema 639 STF
- cedência com recolhimento indevido, efeitos na aposentadoria
- aplicação do RPC considerando o primeiro vínculo efetivo contínuo no serviço público
- Cômputo de cargo em comissão antes da emenda 20/98
- Erro no órgão destinatário da CTC e utilização duplicada para aposentadoria

Fernando Calazans - 14h às 17h30

Contribuição previdenciária e verbas incorporáveis e não incorporáveis



Contribuição previdenciária e verbas incorporáveis e não incorporáveis

Incorporação de vantagens na aposentadoria e pensão:

000033

- limites e possibilidades
- Abono de permanência
- Acumulação de rendas públicas e teto remuneratório
- Decadência, prescrição e revisão de benefícios
- Revisão de ato administrativo

Aposentadoria de Professor:

- Regramento constitucional pré e pós-EC 103/19
- Cálculo dos proventos proporcionais
- Efeitos da Lei 11.301 no cômputo do tempo de magistério
- Cômputo do período de readaptação para jubilação
- Conversão de tempo especial de Professor em tempo comum

Dia 18/06 - 8h30 às 12h

Fernando Calazans - 8h30 às 12h

Aposentadoria por Invalidez:

Aposentadoria por invalidez:

000039

- Aposentadoria por incapacidade: fato gerador, readaptação e reabilitação
- Nova visão da invalidez no Direito Previdenciário
- Readaptação antes e depois da EC 103 de 2019
- Aposentadoria por invalidez nos RPPS's que ainda não realizaram reformas
- Instante de aplicação do § 2º do art. 40 da CF de 1988
- Aposentadoria por invalidez com "proventos integrais": O rol de doenças graves, contagiosas ou incuráveis é taxativo ou exemplificativo? O que significa "proventos integrais"?
- Aposentadoria por incapacidade nos moldes da EC 103 de 2019
- Impacto na pensão de servidor falecido enquanto ativo
- Cálculo da aposentadoria por invalidez de professor com proventos proporcionais ao tempo
- Reajuste de aposentadorias por invalidez sem paridade

Pensão por morte:

- Dependentes previdenciários
- União estável, união homoafetiva e concubinato
- Formas de cálculo e reajuste
- Habilitação posterior ou superveniente
- Rateio, reversão e extinção



000040

2ª EDIÇÃO SEMANA PREVIDENCIÁRIA



CONTABILIDADE E CÁLCULO ATUARIAL NA VISÃO DO TCE

Dia 17/06 - das 13h às 17h30
Dia 18/06 - das 8h30 às 17h30
Dia 19/06 - das 8h30 às 12h

Restaurante Madalosso
CURITIBA

FAÇA SUA INSCRIÇÃO:
WWW.APEPREV.COM.BR



APRESENTAÇÃO

DAS INSCRIÇÕES

LOCAL

HOSPEDAGEM

PROGRAMAÇÃO

DAS INSCRIÇÕES

INSCREVA-SE

VALORES

RPPS ASSOCIADO - R\$ 1.315,00

RPPS DE OUTROS ESTADOS - R\$ 1.315,00

RPPS NÃO ASSOCIADO - R\$ 1.973,00

2ª EDIÇÃO SEMANA PREVIDENCIÁRIA



CONTABILIDADE E CÁLCULO ATUARIAL NA VISÃO DO TCE

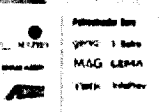
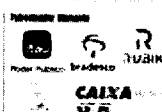
Dia 17/06 - das 13h às 17h30

Dia 18/06 - das 8h30 às 17h30

Dia 19/06 - das 8h30 às 12h

Restaurante Madalosso
CURITIBA

FAÇA SUA INSCRIÇÃO:
WWW.APEPREV.COM.BR



< APRESENTAÇÃO DAS INSCRIÇÕES LOCAL HOSPEDAGEM PROGRAMAÇÃO >

PROGRAMAÇÃO

OBJETIVO: compreender os aspectos regulatórios e técnicos atuariais, bem como os registros contábeis relacionados com a implementação das principais medidas de equacionamento de déficit atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) no contexto das normas contábeis e da legislação previdenciária vigentes, com ênfase nos mecanismos de registro, controle e divulgação previstos na Instrução de Procedimentos Contábeis - IPC nº 14, edição revisada em 2022, pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), além de sinalizar as contrapartidas de registros necessários nas demonstrações contábeis do ente federativo que possui RPPS, a teor dos critérios definidos na 11ª edição do MCASP, de observância obrigatória pelos entes federativos a partir do exercício de 2025.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: 1. Aspectos Gerais e Legais do RPPS: Princípio Constitucional do equilíbrio financeiro e atuarial; Regimes Financeiros atuariais: repartição simples, repartição de capitais de cobertura e capitalização; Conceitos de equilíbrio financeiro e atuarial; Conceito de Resultado Atuarial, segundo a Portaria MTP nº 1.467/2022; Critérios definidos na Portaria MTP nº 1.467/2022 para o equacionamento de déficit atuarial do RPPS. 2. Equacionamento de Déficit Atuarial do RPPS: 2.1. Créditos a receber do RPPS oriundos da implementação, em lei do ente federativo, de plano de amortização com contribuições suplementares na forma de alíquotas; 2.2. Créditos a receber do RPPS oriundos da implementação, em lei do ente federativo, de plano de amortização com contribuições suplementares na forma de aportes mensais com valores preestabelecidos; 2.3. Créditos a receber do RPPS oriundos do aporte, previsto em lei do ente federativo, de imóveis e outros fluxos de receitas do ente vinculadas ao RPPS; 2.4. Segregação da Massa de segurados do RPPS com a constituição do Fundo em Repartição e Fundo em Capitalização; 2.5. Registros contábeis das contrapartidas dos lançamentos no ente federativo. 3. Divulgação das informações necessárias em notas explicativas.

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 6/2026



Última atualização 30/04/2026

Local: Tibagi/PR

Órgão: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE TIBAGI - TIBAGI PREV

Unidade compradora: 1 - Departamento de Administracao do Instituto

Modalidade da contratação: Inexigibilidade Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 74, III, f

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta Modo de disputa: Não se aplica Registro de preço: Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 30/04/2026 Situação: Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 04996792000157-1-000010/2026 Fonte: Equiplano Sistemas LTDA / Equiplano Sistemas

Objeto:

Realização de 01 (uma) inscrição para participação no Evento 2ª Edição Semana Previdenciária - Aposentadoria Especial e Benefícios Previdenciários, promovido pela Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias Municipais - APEPREV, a ser realizado nos dias 17, 18 e 19 de junho de 2026, no município de Curitiba/PR.

Informação complementar:

Inexistente

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 1215,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 0,00

Itens

Arquivos

Atas de Registro de Preço

Contratos/Empenhos

Histórico

Número

Descrição

Quantidade

Valor unitário

1

INSCRIÇÃO 2ª ED. SEMANA PREVIDENCIÁRIA - APOSENTADORIA ESPECIAL

1

R\$ 1215,00

Exibir

5

1-1 de 1 itens

Página

1

< Voltar



O Edital nº 001/2026, que estabelece a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de empresa especializada para a realização do Evento 2ª Edição Semana Previdenciária - Aposentadoria Especial e Benefícios Previdenciários, promovido pela Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias Municipais - APEPREV, a ser realizado nos dias 17, 18 e 19 de junho de 2026, no município de Curitiba/PR.

Para mais informações, consulte o Edital nº 001/2026, disponível no site do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Tibagi - TIBAGI PREV, e no site do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

000044

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 4/2026



Última atualização 30/04/2026

Local: Tibagi/PR

Órgão: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE TIBAGI - TIBAGI PREV

Unidade compradora: 1 - Departamento de Administracao do Instituto

Modalidade da contratação: Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, III, f

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 30/04/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 04996792000157-1-000008/2026 **Fonte:** Equiplano Sistemas LTDA / Equiplano Sistemas

Objeto:

Realização de 01 (uma) inscrição para participação no Evento - 2ª Edição Semana Previdenciária - Pró-Gestão, promovido pela Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias Municipais - APEPREV, a ser realizado nos dias 17, 18 e 19 de junho de 2026, no município de Curitiba/PR.

Informação complementar:

Inexistente

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 815,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 0,00

Itens

Arquivos

Atas de Registro de Preço

Contratos/Empenhos

Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário
1	INSCRIÇÃO 2ª ED. SEMANA PREVIDENCIÁRIA - PRO-GESTÃO	1	R\$ 815,00

Exibir: 5

1-1 de 1 itens

Página: 1

< Voltar



Nota: Este Edital nº 04/2026, publicado no Diário Oficial do Município de Tibagi, em 30/04/2026, e no site eletrônico oficial deste órgão, foi divulgado com uma errata corrigindo a descrição original da contratação para "inscrição para participação no Evento - 2ª Edição Semana Previdenciária - Pró-Gestão", em vez de "inscrição para participação no Evento - 2ª Edição Semana Previdenciária - Pró-Gestão", conforme consta no diploma.

Foi lido pelo Comitê Gestor da Prefeitura Municipal de Tibagi, em 30/04/2026, e assinado pelo Prefeito Municipal, em 30/04/2026, com a seguinte data de publicação: 30/04/2026.

Ato que autoriza a Contratação Direta nº
3/2026

Última atualização 30/04/2026

Local: Tibagi/PR

Órgão: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE TIBAGI - TIBAGI PREV

Unidade compradora: 1 - Departamento de Administracao do Instituto

Modalidade da contratação: Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, III, f

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 30/04/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 04996792000157-1-000007/2026 **Fonte:** Equiplano Sistemas LTDA / Equiplano Sistemas

Objeto:

Realização de 01 (uma) inscrição para participação no Evento - 2ª Edição Semana Previdenciária - Contabilidade e Cálculo Atuarial na Visão do TCE, promovido pela Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias Municipais - APEPREV, a ser realizado nos dias 17, 18 e 19 de junho de 2026, no município de Curitiba/PR.

Informação complementar:

Inexistente

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 1.315,00	R\$ 0,00

Itens	Arquivos	Atas de Registro de Preço	Contratos/Empenhos	Histórico
-------	----------	---------------------------	--------------------	-----------

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário
1	INSCRIÇÃO 2ª ED. SEMANA PREVIDENCIÁRIA - CONTABILIDADE E CÁLCULO ATUA	1	R\$ 1.315,00

Exibir: 5 1-1 de 1 itens

Página: 1

◀ Voltar



000046

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 15/2026



Última atualização 27/04/2026

Local: Palmeira/PR **Órgão:** REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL - RPPS

Unidade compradora: 07681157000179 - Unidade administrativa

Modalidade da contratação: Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, III, f

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 27/04/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 07681157000179-1-000023/2026 **Fonte:** Elotech Gestão Pública Ltda

Objeto:

Realização de curso preparatório para Aposentadoria Especial e Benefícios Previdenciários e Averbação e CTC + Imersão COMPREV.

Informação complementar:

O Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, é uma autarquia previdenciária municipal, responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do município de Palmeira, através do gerenciamento dos recursos financeiros e da concessão dos benefícios previdenciários definidos pela legislação federal e municipal. O RPPS foi criado para cumprir o que determina o artigo 40 da Constituição Federal, o qual assegura a todos os servidores em cargo efetivo um regime próprio de previdência. Em Palmeira, a administração municipal, após implantar o Regime Estatutário através da Lei 1.700 de 20/03/1994, criou, através da Lei Municipal 1.701 de 28/03/1994, o Fundo de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Palmeira. O então Fundo de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Palmeira, comumente chamado "FUNDÃO" foi substituído pelo REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS, autarquia municipal de caráter contributivo e solidário, com ... [Continuar Lendo >](#)

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 6.751,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 0,00

Itens	Arquivos	Atas de Registro de Preço	Contratos/Empenhos	Histórico
Número ↕	Descrição ↕		Quantidade ↕	Valor unitário
1	Aposentadoria Especial e Benefícios Previdenciários		3	R\$ 1.215,00
2	Averbação e CTC + Imersão COMPREV		2	R\$ 1.553,00

Exibir: 5

1-2 de 2 itens

Página: 1

< Voltar

Ato que autoriza a Contratação Direta nº PRI 5/2026



Última atualização 24/04/2026

Local: Colombo/PR

Órgão: COLOMBO PREVIDENCIA - PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE COLOMBO

Unidade compradora: 23003 - Previdência Administração

Modalidade da contratação: Inexigibilidade Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 74, III, f

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta Modo de disputa: Não se aplica Registro de preço: Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 24/04/2026 Situação: Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 08434306000168-1-000010/2026 Fonte: IPM Sistemas

Objeto:

Inscrições para cursos da Semana Previdenciária promovido pela APEPREV.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 5.610,00	R\$ 5.610,00

Itens	Arquivos	Atas de Registro de Preço	Contratos/Empenhos	Histórico
Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário	
1	INSCRIÇÕES PARA TREINAMENTOS/CURSO Curso SIAP-TCE/PR + E-Social	1	R\$ 450,00	
2	INSCRIÇÕES PARA TREINAMENTOS/CURSO Curso Aposentadoria Especial e Benefícios Previdenciários	1	R\$ 1.215,00	
3	INSCRIÇÕES PARA TREINAMENTOS/CURSO Curso Contabilidade/Cálculo Atuarial na visão do TCE	3	R\$ 1.315,00	

Exibir: 5 1-3 de 3 itens Página: 1

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o único ambiente oficial destinado à publicação e divulgação de atos, editais e processos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos alinhados ao novo programa.

000048

Ato que autoriza a Contratação Direta nº PRI 10/2026



Última atualização 06/04/2026

Local: Campo Largo/PR **Órgão:** INSTITUTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES DE CAMPO LARGO - FAPEN

Unidade compradora: 18001 - Gabinete da Diretoria

Modalidade da contratação: Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, III, f

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 06/04/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 05067274000111-1-000014/2026 **Fonte:** IPM Sistemas

Objeto:

O presente edital tem por objeto o pagamento de inscrições em cursos da 2ª Semana Previdenciária, realizado pela APEPREV - Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias Municipais - no município de Curitiba-PR entre os dias 17 a 19 de junho de 2026, para os servidores do Instituto de Aposentadorias e Pensões de Campo Largo.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 3.030,00	R\$ 0,00

Itens	Arquivos	Atas de Registro de Preço	Contratos/Empenhos	Histórico
Número	Descrição		Quantidade	Valor unitário
1	INSCRICAO PARA CURSOS		2	R\$ 450.00
2	INSCRICAO PARA CURSOS		1	R\$ 815.00
3	INSCRICAO PARA CURSOS		1	R\$ 1315.00

Exibir: 5

1-3 de 3 itens

Página: 1

[< Voltar](#)



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado a disponibilizar informações sobre licitações exigidas em sede de licitações e contratos administrativos uniformes, prazos e diplomas.

É gerido pelo Comitê Gestor do Portal Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 11.107, de 12 de agosto de 2021.

090043

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 7/2026



Última atualização 16/04/2026

[Acessar Contratação](#)

Local: Sorriso/MT **Órgão:** PREVISÓ -FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SORRISO

Unidade compradora: 1 - PREVISÓ -FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SORRISO

Modalidade da contratação: Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, III, f

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 16/04/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 32946188000151-1-000009/2026 **Fonte:** Agili Software Brasil Ltda

Objeto:

Contratação da APEPREV – Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios, referente a inscrição para participação de "CURSO: 2ª Edição SEMANA PREVIDENCIÁRIA", a se realizar nos dias 17 à 19 de Junho de 2026, em Curitiba-PR.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 7.328,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 7.328,00

Itens	Arquivos	Atas de Registro de Preço	Contratos/Empenhos	Histórico
Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário	
747	Inscrição Curso - 2ª Edição Semana Previdenciária - APEPREV - Averbção e CTC + Imersão COMPREV.	1	R\$ 1.553,00	
748	Inscrição Curso - 2ª Edição Semana Previdenciária - APEPREV - Aposentadoria Especial e Benefícios Previdenciários.	3	R\$ 1.215,00	
749	Inscrição Curso - 2ª Edição Semana Previdenciária - APEPREV - Pró-Gestão.	1	R\$ 815,00	
750	Inscrição Curso - 2ª Edição Semana Previdenciária - APEPREV - Contabilidade e Cálculo Atuarial.	1	R\$ 1.315,00	

Exibir: 5

1-4 de 4 itens

Página: 1

[Voltar](#)

Ato que autoriza a Contratação Direta nº PRI 4/2026



Última atualização 08/04/2026

Local: Araquari/SC

Órgão: INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE ARAQUARI

Unidade compradora: 4001 - Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Araquari - Ipremar

Modalidade da contratação: Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, III, f

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 08/04/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 04200511000108-1-000004/2026 **Fonte:** IPM Sistemas

Objeto:

Inscrição de servidores no curso de capacitação intitulado "2ª Edição Semana Previdenciária - CTC + Imersão Compre.v. Contabilidade e Cálculo Atuarial na visão do TCE".

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 4.421,00	R\$ 4.421,00

Itens	Arquivos	Atas de Registro de Preço	Contratos/Empenhos	Histórico
Número	Descrição		Quantidade	Valor unitário
1	Inscrição em curso de capacitação intitulado "2ª Edição Semana Previdenciária - CTC + Imersão Compre.v", a ser realizado no periodo de 17 a 19 de junho de 2026, no municipio de Curitiba/PR, promovido pela APEPREV		2	R\$ 1553,00
2	Inscrição em curso de capacitação intitulado "2ª Edição Semana Previdenciária - Contabilidade e Cálculo Atuarial na visão do TCE", a ser realizado no periodo de 17 a 19 de junho de 2026, no municipio de Curitiba/PR, promovido pela APEPREV		1	R\$ 1315,00

< Voltar



2ºregistro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba

008051

Oficial Titular: Elisa de Fatima Dudecke Azevedo

Rua Monsenhor Celso, 211 - 8 andar - Centro

Tel.: (41) 3023-2444 - Email: titular@2oficio.com.br - Site: www.2rtdctba.com.br

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

REGISTRO PARA FINS DE PUBLICIDADE E EFICÁCIA EM RELAÇÃO A TERCEIROS

Nº 9.886 - AVB 25 de 15/08/2025

Certifico e dou fé que o documento eletrônico anexo, contendo 20 (vinte) páginas, foi apresentado em 15/08/2025, o qual foi protocolado sob nº 1.202.013, tendo sido registrado eletronicamente sob nº 9.886 - AVB 25 e averbado no registro primitivo nº 9.886 no Livro A-6 deste 2ºregistro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba na presente data.

Apresentante
LUIZ CARLOS MILHARES

Natureza
Estatuto Social - alteração > Aditamento/alteração

Denominação da PJ: ASSOCIACAO PARANAENSE DAS ENTIDADES PREVIDENCIARIAS DO ESTADO E DOS MUNICIPIOS APEPREV

Certifico, ainda, que consta no documento eletrônico registrado as seguintes assinaturas digitais:

MARCIO OLIVEIRA APOLINARIO:194.242.178-89 (Padrão: Gov.br)

Curitiba - PR, 15 de agosto de 2025

Assinado eletronicamente

FRANCISCO CESAR CECILIO
Escrevente

Este certificado é parte integrante e inseparável do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Funrejus	Funarpen	Fundep	Distribuidor
R\$ 83,10	R\$ 11,60	R\$ 14,50	R\$ 5,90	R\$ 0,00
Digitalização	ISS	Diligências	Fotocópias	Buscas
R\$ 17,43	R\$ 4,72	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 0,00
Total				
R\$ 154,68				



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site:
rtdbrasil.org.br/certidaoregistro
e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qrcode.

9.886 - AVB 25



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:

selo.funarpen.com.br

Selo Digital
SFTD4qvzo4sxbw6LR8EW1307q

Página 000001/000020 Registro Nº 9.886 - AVB 25 15/08/2025	Protocolo nº 1.202.013 de 15/08/2025: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 9.886 - AVB 25 em 15/08/2025 e averbado no registro primitivo nº 9.886 deste 2º registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba. Assinado digitalmente por FRANCISCO CESAR CECILIO - Escrevente.									
	Emolumentos	Funerjus	Funarpen	Fundep	Distribuidor	Digitalização	ISS	Diligências	Fotocópias	Buscas
	R\$ 83,10	R\$ 11,60	R\$ 14,50	R\$ 5,90	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 4,72	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 0,00
Total										R\$ 154,68



Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios

CNPJ Nº 05.763.089/0001-61

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, OBJETIVO, SEDE, FORO E DURAÇÃO

Art. 1º A ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DAS ENTIDADES PREVIDENCIÁRIAS DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS - APEPREV - é uma entidade civil de direito privado sem fins lucrativos, e com fins não econômicos, de caráter social, cultural e educacional, sem finalidades políticas ou religiosas, de âmbito estadual e nacional, representativa dos Regimes Próprios de Previdência Estaduais e Municipais, que se rege pelo disposto neste Estatuto, nos regulamentos e nas disposições legais aplicáveis.

Parágrafo único:- Vedado o desenvolvimento de ações de índole político-partidária ou eleitoral.

Art. 2º - A APEPREV tem sua sede e foro em Curitiba – Capital do Estado do Paraná, situada à Avenida Candido de Abreu nº 660 – Sala 407 – Edifício Palladiun, Centro Cívico – CEP 80.530-000, Curitiba – Paraná.

Parágrafo único – A Associação poderá ter sede administrativa, que será a cidade de domicílio do seu Presidente, ou por ele indicada através de resolução ou portaria.

Art. 3º - A APEPREV tem por objetivo:

- I. Congregar as instituições previdenciárias indicadas no art. 1º e defende-lhes reivindicações, direitos e prerrogativas, tendo em vista sempre os interesses da comunidade de seus agregados;
- II. Promover o intercâmbio de conhecimentos de caráter técnico-administrativo e consultivo, no estudo e solução dos problemas, entre as instituições públicas de previdência social, bem como junto as associações congêneres, tanto nacionais, estaduais ou estrangeiras;
- III. Promover estudos técnicos, a serem encaminhados aos poderes públicos competentes, visando o bem-estar dos segurados e dos beneficiários das instituições filiadas;

Página 000002/000020 Registro Nº 9.886 - AVB 25 15/08/2025	Protocolo nº 1.202.013 de 15/08/2025: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 9.886 - AVB 25 em 15/08/2025 e averbado no registro primitivo nº 9.886 deste 2º registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba. Assinado digitalmente por FRANCISCO CESAR CECILIO - Escrevente.									
	000053									
	Emolumentos	Funrejus	Funarpen	Fundep	Distribuidor	Digitalização	ISS	Diligências	Fotocópias	Buscas
	R\$ 83,10	R\$ 11,60	R\$ 14,50	R\$ 5,90	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 4,72	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 0,00
Total										R\$ 154,08



Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios

CNPJ Nº 05.763.089/0001-61

- IV. Providenciar, junto aos poderes públicos, a execução de medidas capazes de assegurar o desenvolvimento econômico, administrativo e social das instituições filiadas;
- V. Difundir os princípios da doutrina previdenciária;
- VI. Realizar congressos, workshops e encontros nacionais, estaduais e regionais, objetivando o estudo de problemas das instituições filiadas e a adoção das conclusões dele extraídas;
- VII. Promover o aperfeiçoamento e a padronização de técnicas dos sistemas de previdência, desenvolvidas pelos associados;
- VIII. Executar e encaminhar as decisões dos congressos nacionais, workshops e encontros regionais, a dotando as medidas indispensáveis à implementação de suas conclusões;
- IX. Elaborar, coordenar, executar e apoiar projetos de pesquisas, ensino, capacitação de servidores e de desenvolvimento institucional;
- X. Promover cursos, seminários, workshops, congressos, palestras e outras atividades correlatas, na área da previdência social;
- XI. Firmar convênios ou contratos com outras instituições ou órgãos públicos ou privados com objetivo de atender aos seus associados nas questões de previdência social;
- XII. Cooperar, prestando direta ou indiretamente assessoria, orientação, consultoria técnica administrativa, jurídica na área, visando obtenção, manutenção do Certificado de Regularidade Previdenciária, inclusive dando treinamentos visando o aperfeiçoamento, qualificação e capacitação dos servidores dos associados;
- XIII. Integrar como representante dos Associados os diversos órgãos colegiados, confederações e conselhos no âmbito estadual e federal, grupos de trabalho e de estudos junto aos Poderes e entidades privadas;
- XIV. Servir de órgão de representação extrajudicial dos Associados perante a União, Estados, Tribunais de Contas e o Ministério Público em assuntos de interesse comum das entidades associadas.

Parágrafo único. Poderão ser utilizados todos os meios adequados e permitidos na lei para consecução das finalidades, podendo, inclusive, desenvolver outras atividades acessórias voltadas ao desenvolvimento dos objetivos institucionais por meio de: execução direta de projetos, programas ou planos de ações;

Página 000003/000020		Protocolo nº 1.202.013 de 15/08/2025: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 9.886 - AVB 25 em 15/08/2025 e averbado no registro primitivo nº 9.886 deste 2º registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba. Assinado digitalmente por FRANCISCO CESAR CECILIO - Escrevente.								000054	
Registro Nº 9.886 - AVB 25 15/08/2025		Emolumentos	Funrejus	Funarpen	Fundep	Distribuidor	Digitalização	ISS	Diligências	Fotocópias	Bancas
		R\$ 83,10	R\$ 11,60	R\$ 14,50	R\$ 5,90	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 4,72	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 0,00
Total											R\$ 154,68



Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios

CNPJ Nº 05.763.089/0001-61

celebração de convênios, contratos ou outro instrumentos jurídicos; doação de recursos materiais e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

Art. 4º - O prazo de duração da APEPREV é indeterminado.

CAPÍTULO II

PARTICIPANTES, FILIAÇÃO E EXTINÇÃO, DIREITOS E DEVERES

Art. 5º - Poderão filiar-se à APEPREV as Entidades Previdenciárias representativas dos Regimes Próprios de Previdência dos Estados e dos Municípios da Federação.

Parágrafo Único. Aos representantes dos Municípios e Estados da Federação associados, é garantido todos os benefícios oferecidos pela APEPREV com exceção ao direito de votos e composição de qualquer cargo de Diretoria, ficando exclusivamente os cargos de Diretores, Coordenadores ou qualquer outro cargo eletivo ou de livre nomeação e exoneração ao encargo do Presidente restrito aos representantes associados do Estado e Municípios do Paraná.

Art. 6º - O pedido de filiação e desfiliação, será formulado oficialmente pelo representante legal das Entidades pleiteantes e será dirigido ao Presidente da APEPREV.

§ 1º - Os pressupostos de admissibilidade de filiação e a perda de filiada dessa condição serão estabelecidos no Regimento interno,

§ 2º - Cada entidade participante indicará um representante legal para integrar a APEPREV.

Art. 7º - São direitos das Entidades filiadas:

- I. Participar de todas as atividades promovidas pela associação;
- II. participar de Assembleia geral podendo votar e ser votado na forma prevista neste Estatuto;
- III. convocar Assembleia geral por iniciativa de, no mínimo 1/5 (um quinto) do total de filiadas em dia com as suas contribuições mensais, devendo a solicitação ser encaminhada ao Presidente;
- IV. formular ao Presidente ou à Diretoria reclamações de qualquer natureza;
- V. interpor recursos perante a Assembleia Geral em face de atos do Presidente ou da Diretoria contrários às proposições estatutárias;

Página 000004/000020 Registro Nº 9.886 - AVB 25 15/08/2025		Protocolo nº 1.202.013 de 15/08/2025: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 9.886 - AVB 25 em 15/08/2025 e averbado no registro primitivo nº 9.886 deste 2º registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba. Assinado digitalmente por FRANCISCO CESAR CECILIO - Escrevente.								000055	
		Emolumentos	Funrejus	Funarpen	Fundej	Distribuidor	Digitalização	ISS	Diligências	Fotocópias	Buscas
		R\$ 83,10	R\$ 11,60	R\$ 14,50	R\$ 5,90	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 4,72	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 0,00
Total											R\$ 154,68



Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios

CNPJ Nº 05.763.089/0001-61

VI. utilizar as informações, dados, trabalhos e estudos oferecidos pela APEPREV.

Art. 8º - São deveres das Entidades filiadas:

- I. cumprir as disposições deste Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral e as decisões da Diretoria;
- II. manter em dia o pagamento das contribuições;

CAPÍTULO III

ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 9º - A administração da APEPREV é de competência da Assembleia Geral e da Diretoria e a fiscalização compete ao Conselho Fiscal.

SEÇÃO I

ASSEMBLEIA GERAL

Art. 10 - A Assembleia Geral é o órgão máximo de deliberação da APEPREV e dela só poderá participar o representante da Entidade filiada e sócios fundadores devidamente credenciados.

PARÁGRAFO ÚNICO - Somente poderão votar e concorrer a cargo eletivo o representante da Entidade filiada e sócios fundadores que esteja em dia com as obrigações estatutárias junto a APEPREV e sócios fundadores que estiverem na mesma condição.

Art. 11 - Compete à Assembleia Geral dentre outros:

- I. deliberar sobre assuntos relacionados com os objetivos da Associação;
- II. deliberar sobre a eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- III. apreciar e deliberar sobre o relatório anual e a prestação de contas da Diretoria da APEPREV, que deverá estar acompanhado de parecer técnico do Conselho Fiscal;
- IV. reformular ou alterar o presente Estatuto;
- V. definir anualmente o valor das contribuições das entidades filiadas à APEPREV, através de resoluções, nos termos do art. 48 do presente Estatuto;
- VI. aplicar as sanções previstas no regulamento interno da APEPREV aos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- VII. deliberar sobre a dissolução da APEPREV.

Página 000005/000020 Registro Nº 9.886 - AVB 25 15/08/2025	Protocolo nº 1.202.013 de 15/08/2025: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 9.886 - AVB 25 em 15/08/2025 e averbado no registro primitivo nº 9.886 deste 2º registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba. Assinado digitalmente por FRANCISCO CESAR CECILIO - Escrevente.									
	0000056									
	Emolumentos	Funrejus	Funarpen	Fundep	Distribuidor	Digitalização	ISS	Diligências	Fotocópias	Buscas
	R\$ 83,10	R\$ 11,60	R\$ 14,50	R\$ 5,90	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 4,72	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 0,00
Total										R\$ 154,68



Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios

CNPJ Nº 05.763.089/0001-61

VIII. exclusão de associado, em caráter de recurso.

Art. 12 - O quórum exigido para a realização da Assembleia Geral, em primeira convocação é de no mínimo 2/3 (dois terços), e em segunda metade mais uma das Entidades filiadas em dia com suas contribuições.

PARÁGRAFO ÚNICO — Caso não haja quórum na segunda convocação, a Assembleia Geral realizar-se-á em terceira chamada, 1 (uma) hora depois, no mesmo local, com qualquer número de filiadas.

Art. 13 - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples das filiadas presentes.

Art. 14 - A Assembleia Geral poderá ser ordinária ou extraordinária, reunindo-se:

- I. ordinariamente; até o dia 30 de maio de cada ano, para apreciação das contas da Diretoria relativas ao exercício findo; quadrienalmente, para a eleição dos membros do Conselho Fiscal e da Diretoria;
- II. extraordinariamente, sempre que for necessário, nos termos deste Estatuto.

Art. 15 — A Assembleia Geral será convocada por Edital publicado no site www.apeprev.com.br, correio eletrônico e redes sociais às filiadas, especificando local, horário e a ordem do dia.

§1º - A publicação e a postagem da convocação deverão ser feitas com a antecedência mínima de 10 (dez) dias da data designada para a realização da Assembleia Geral Ordinária.

§ 2º - A convocação para Assembleia Geral Extraordinária será feita com a antecedência de 05 (cinco) dias.

Art. 16 - As eleições para o Conselho Fiscal e Diretoria da APEPREV ocorrerão sempre no período compreendido entre o 60º e o 30º dia anterior ao término da gestão que se encerra, e serão convocados pelo Presidente em exercício ou pelo Conselho Fiscal.

PARÁGRAFO ÚNICO - O mandato dos membros do Conselho Fiscal e da Diretoria será 4 (quatro) anos, sendo permitida reeleição.

SEÇÃO II DIRETORIA

Art. 17 - A Diretoria, órgão executivo da Associação é constituída pelos seguintes membros:

Página 000006/000020 Registro Nº 9.886 - AVB:25 15/08/2025	Protocolo nº 1.202.013 de 15/08/2025: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 9.886 - AVB 25 em 15/08/2025 e averbado no registro primitivo nº 9.886 deste 2º registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba. Assinado digitalmente por FRANCISCO CESAR CECÍLIO - Escrevente. 000057 <table border="1"> <thead> <tr> <th>Emolumentos</th><th>Funrejus</th><th>Funarpen</th><th>Fundep</th><th>Distribuidor</th><th>Digitalização</th><th>ISS</th><th>Diligências</th><th>Fotocópias</th><th>Buscas</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>R\$ 83,10</td><td>R\$ 11,60</td><td>R\$ 14,50</td><td>R\$ 5,90</td><td>R\$ 0,00</td><td>R\$ 17,43</td><td>R\$ 4,72</td><td>R\$ 0,00</td><td>R\$ 17,43</td><td>R\$ 0,00</td></tr> <tr> <td colspan="9">Total</td><td>R\$ 154,68</td></tr> </tbody> </table>									Emolumentos	Funrejus	Funarpen	Fundep	Distribuidor	Digitalização	ISS	Diligências	Fotocópias	Buscas	R\$ 83,10	R\$ 11,60	R\$ 14,50	R\$ 5,90	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 4,72	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 0,00	Total									R\$ 154,68
Emolumentos	Funrejus	Funarpen	Fundep	Distribuidor	Digitalização	ISS	Diligências	Fotocópias	Buscas																														
R\$ 83,10	R\$ 11,60	R\$ 14,50	R\$ 5,90	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 4,72	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 0,00																														
Total									R\$ 154,68																														



Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios

CNPJ Nº 05.763.089/0001-61

- I. Presidente;
- II. Vice-presidente;
- III. 1º Secretário;
- IV. 2º Secretário;
- V. 1º Tesoureiro;
- VI. 2º Tesoureiro;

Art. 18 — Os membros da Diretoria são eleitos em Assembleia Geral através do sistema de chapa.

Art. 19 - Compete à Diretoria da APEPREV:

- I. aprovar o Regimento Interno e outros normativos necessários ao funcionamento da APEPREV;
- II. aprovar a estrutura organizacional e o quadro de pessoal da APEPREV;
- III. decidir quanto à previsão orçamentária e o plano de trabalho para o exercício seguinte, proposto pela Diretoria.
- IV. deliberar sobre a contratação de empresa de auditoria
- V. deliberar sobre a fixação do valor da contribuição mensal a ser aprovada pela Assembleia Geral
- VI. apreciar e decidir sobre eventuais recursos interpostos por filiadas em face de proposição de exclusão da filiação da APEPREV
- VII. elaborar a previsão orçamentária e o plano de trabalho para cada exercício;
- VIII. deliberar sobre a proposição de medidas judiciais e adoção de procedimentos extrajudiciais.
- IX. decidir sobre a admissão e demissão de funcionários necessários ao bom funcionamento dos serviços da APEPREV bem como fixar a remuneração.

PARÁGRAFO ÚNICO - Perderá o mandato o membro da Diretoria que deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas sem prévia justificção, que deverá ser acolhida pelo Presidente.

Art. 20 - Compete ao Presidente da APEPREV:

- I. cumprir e fazer cumprir este estatuto e as deliberações da Diretoria;
- II. desenvolver e coordenar as atividades administrativas da APEPREV;
- III. submeter a apreciação do Conselho Fiscal, as contas da Diretoria para posterior encaminhamento a Assembleia Geral;
- IV. representar a APEPREV ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo para tanto, constituir mandatários com poderes especiais;

Página 000007/000020 Registro Nº 9.886 - AVB 25 15/08/2025	Protocolo nº 1.202.013 de 15/08/2025: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 9.886 - AVB 25 em 15/08/2025 e averbado no registro primitivo nº 9.886 deste 2º registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba. Assinado digitalmente por FRANCISCO CESAR CECILIO - Escrevente.									
	Emolumentos	Funrejus	Funarpen	Fundepe	Distribuidor	Digitalização	ISS	Diligências	Fotocópias	Buscas
	R\$ 83,10	R\$ 11,60	R\$ 14,50	R\$ 5,90	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 4,72	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 0,00
Total										R\$ 154,68



Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios

CNPJ Nº 05.763.089/0001-61

- V. assinar, juntamente com o Tesoureiro e nos seus impedimentos com o Secretário Geral, contas em estabelecimentos de crédito, assim como balancetes trimestrais, balanço anual e demonstração financeira do exercício findo;
- VI. executar outras atividades que sejam de interesse da APEPREV e das Entidades filiadas;
- VII. nomear procurador para representar a entidade;
- VIII. expedir resoluções, nos termos do presente Estatuto.
- IX. decidir sobre a admissão e demissão de funcionários, necessários ao bom funcionamento dos serviços da APEPREV;
- X. nomear e exonerar Coordenador de Eventos;
- XI. nomear e exonerar Coordenadores Regionais;
- XII. nomear e exonerar a Assessoria Jurídica;
- XIII. designar um Diretor para responder pelas funções de outro, nos impedimentos ou faltas deste;
- XIV. escolher e nomear Assessores da Presidência, sem prejuízo de outras funções, essas que serão exercidas gratuitamente por aqueles que nelas forem investidos;
- XV. nomear e exonerar Secretário Executivo;

Art. 21 - Compete ao Vice-presidente substituir o Presidente em seus impedimentos e em caso de vacância do cargo deste último, assumir a Presidência.

Art. 22 - Ao Secretário compete:

- I. registrar ou fazer registrar este Estatuto e suas alterações;
- II. dirigir os trabalhos da Secretaria ;
- III. providenciar, quando necessário, o expediente das reuniões de Diretoria;
- IV. preparar ou fazer preparar a correspondência e demais documentos oficiais;
- V. lavrar ou fazer lavrar as atas das reuniões da Diretoria;
- VI. providenciar, quando necessário a publicação dos atos emanados dos órgãos da APEPREV.

Parágrafo único: Compete ao 2º Secretário substituir o Secretário em seus impedimentos e em caso de vacância do cargo deste último, assumir a Presidência.

Art. 23 - Compete ao Tesoureiro:

Página 000008/000020 Registro Nº 9.886 - AVB 25 15/08/2025	Protocolo nº 1.202.013 de 15/08/2025: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 9.886 - AVB 25 em 15/08/2025 e averbado no registro primitivo nº 9.886 deste 2º registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba. Assinado digitalmente por FRANCISCO CESAR CECILIO - Escrevente. 000059 <table border="1" data-bbox="330 192 1509 277"> <thead> <tr> <th>Emolumentos</th><th>Funrejus</th><th>Funarpen</th><th>Fundop</th><th>Distribuidor</th><th>Digitalização</th><th>ISS</th><th>Diligências</th><th>Fotocópias</th><th>Buscas</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>R\$ 83,10</td><td>R\$ 11,60</td><td>R\$ 14,50</td><td>R\$ 5,90</td><td>R\$ 0,00</td><td>R\$ 17,43</td><td>R\$ 4,72</td><td>R\$ 0,00</td><td>R\$ 17,43</td><td>R\$ 0,00</td></tr> <tr> <td colspan="9">Total</td><td>R\$ 154,68</td></tr> </tbody> </table>									Emolumentos	Funrejus	Funarpen	Fundop	Distribuidor	Digitalização	ISS	Diligências	Fotocópias	Buscas	R\$ 83,10	R\$ 11,60	R\$ 14,50	R\$ 5,90	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 4,72	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 0,00	Total									R\$ 154,68
Emolumentos	Funrejus	Funarpen	Fundop	Distribuidor	Digitalização	ISS	Diligências	Fotocópias	Buscas																														
R\$ 83,10	R\$ 11,60	R\$ 14,50	R\$ 5,90	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 4,72	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 0,00																														
Total									R\$ 154,68																														



Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios

CNPJ Nº 05.763.089/0001-61

- I. organizar, dirigir e coordenar os trabalhos de tesouraria;
- II. manter sob a sua guarda o numerário da APEPREV;
- III. providenciar o pagamento de despesas autorizadas;
- IV. assinar, juntamente com o Presidente, contas em estabelecimentos de créditos;
- V. subscrever, com o Presidente, balancetes trimestrais, balanço anual, demonstração financeira do exercício findo;
- VI. controlar a escrituração contábil.

Parágrafo único: Compete ao 2º Tesoureiro substituir o Tesoureiro em seus impedimentos e em caso de vacância do cargo deste último, assumir a Presidência.

SEÇÃO III DO CONSELHO FISCAL

Art. 24 - O Conselho Fiscal será composto por 03 (três) membros titulares e 03 (três) suplentes eleitos através de chapa, em conjunto com a Diretoria, em Assembleia Geral.

Parágrafo único - O Presidente do Conselho Fiscal será escolhido dentre os seus membros titulares.

Art. 25 — Compete ao Conselho Fiscal:

- I. fiscalizar a escrituração contábil e a administração patrimonial da APEPREV;
- II. exarar parecer sobre prestação de contas da Diretoria da APEPREV;
- III. manifestar-se sobre assuntos de sua área de competência que forem encaminhados pela Assembleia Geral ou pela Diretoria da APEPREV.

Art. 26 — As convocações para as reuniões do Conselho Fiscal serão feitas por Edital publicado no site www.apeprev.com.br, correio eletrônico e redes sociais com 08 (oito) dias de antecedências.

- I. trimestralmente pelo seu presidente; e
- II. extraordinariamente pelo seu presidente ou por 2/3 dos demais membros.

Art. 27 — As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples de votos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Perderá o mandato o membro do Conselho Fiscal que deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas sem prévia justificção, que deverá ser acolhida pela Presidência do Conselho.

Página 000010/000020		Protocolo nº 1.202.013 de 15/08/2025: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 9.886 - AVB 25 em 15/08/2025 e averbado no registro primitivo nº 9.886 deste 2º registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba. Assinado digitalmente por FRANCISCO CESAR CECILIO - Esprevente.							
Registro Nº 9.886 - AVB 25 15/08/2025		000061							
Emolumentos	Funrejus	Funarpen	Fundep	Distribuidor	Digitalização	ISS	Diligências	Fotocópias	Buscas
R\$ 83,10	R\$ 11,60	R\$ 14,50	R\$ 5,90	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 4,72	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 0,00
Total									R\$ 154,68



Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios

CNPJ Nº 05.763.089/0001-61

Art. 33 - Serão inelegíveis, vedada a permanência no exercício de cargo eletivo, todo representante da Entidade filiada que:

- não poderão candidatar-se aos cargos de membros da Diretoria Executiva da APEPREV aqueles que tiveram suas contas reprovadas relativas ao exercício de cargos na APEPREV;
- tiver faltado a 3 (três) Assembleias consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas, sem justificativas;
- tiver sido condenado por crime doloso enquanto persistir o efeito da pena, desde que transitada em julgado a sentença condenatória;

SEÇÃO IV

CONVOCAÇÃO DAS ELEIÇÕES

Art 34 - As eleições serão convocadas por Edital publicado no site www.apeprev.com.br, correio eletrônico e redes sociais às filiadas com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias e mínima de 30 (trinta) dias que antecederem o mês de setembro.

§ 1º - O Edital de Convocação das eleições deverá conter obrigatoriamente:

- data, horário e local de votação;
- prazo para registro de chapas e candidaturas individuais;
- horário de funcionamento da secretaria;
- datas, horários, locais das segunda e terceira convocação caso não atingido o quórum na primeira e segunda, bem como a nova eleição em caso de empate entre as chapas mais votadas;

CAPÍTULO V

EXERCÍCIO FINANCEIRO

Art. 35 - O exercício financeiro da APEPREV coincide com o ano civil.

Art. 36 - São fontes de recursos da APEPREV

- Contribuições recebidas de filiadas;
- Doações, legados, auxílios e subvenções de entidades públicas ou privadas;
- Rendimento das aplicações do patrimônio;
- Receitas advindas de seminários, congressos, simpósios ou outros eventos;

Página 000011/000020 Registro Nº 9.886 - AYB 25 15/08/2025	Protocolo nº 1.202.013 de 15/08/2025: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 9.886 - AVB 25 em 15/08/2025 e averbado no registro primitivo nº 9.886 deste 2º registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba. Assinado digitalmente por FRANCISCO CESAR CECILIO Escrevente.									
	Emolumentos	Funrejus	Funarpen	Fundep	Distribuidor	Digitalização	ISS	Diligências	Fotocópias	Buscas
	R\$ 83,10	R\$ 11,60	R\$ 14,50	R\$ 5,90	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 4,72	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 0,00
Total										R\$ 154,68



Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios

CNPJ Nº 05.763.089/0001-61

V. - Outras receitas.

Art. 37 - A Diretoria da APEPREV deverá elaborar balancetes trimestrais, balanço anual, assim como demonstração patrimonial e financeira do exercício findo.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os documentos indicados no capítulo deverão ser enviados às Entidades filiadas.

CAPÍTULO VI **PATRIMÔNIO**

Art. 38 - O patrimônio da APEPREV será constituído pelos bens a ela incorporados, proibida a sua utilização em qualquer tipo de garantia ou aval, bem como sua utilização para fins não previstos no Estatuto.

PARÁGRAFO ÚNICO - Havendo superávit na apuração dos resultados, será o mesmo incorporado ao patrimônio da APEPREV, não havendo sob qualquer hipótese ou pretexto, distribuição de lucros entre os membros da Diretoria, dos Conselhos ou qualquer Entidade filiadas.

Art. 39 - Nenhum bem pertencente à APEPREV poderá ser alienado sem a prévia e expressa autorização da Assembleia Geral.

Art. 40 - Os bens particulares dos membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e das Entidades filiadas não respondem pelas obrigações da APEPREV.

CAPÍTULO VII **DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 41 - O mandato dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal são de caráter institucional, caso no decorrer do mandato perder a condição de Gestor ou Dirigente de unidade Gestora de RPPS, poderá cumprir integralmente seu mandato, com exceção que o mesmo se desligue do RPPS.

Art. 42 - A dissolução da APEPREV somente poderá ser efetuada em Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, aprovada por no mínimo 2/3 (dois terços) dos associados aptos a votar, conforme o inciso VII do art. 11.

Art. 43 - No caso de deliberação pela extinção da Associação, em Assembleia Geral Extraordinária, o seu patrimônio, saldados todos os seus compromissos, será

Página 000012/000020 Registro Nº 9.886 - AVB 25 15/08/2025	Protocolo nº 1.202.013 de 15/08/2025: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 9.886 - AVB 25 em 15/08/2025 e averbado no registro primitivo nº 9.886 deste 2º registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba. Assinado digitalmente por FRANCISCO CESAR CECILIO - Escrevente. 000063 <table border="1" data-bbox="330 197 1514 280"> <thead> <tr> <th>Emolumentos</th><th>Funrejus</th><th>Funarpen</th><th>Fundep</th><th>Distribuidor</th><th>Digitalização</th><th>ISS</th><th>Diligências</th><th>Fotocópias</th><th>Buscas</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>R\$ 83,10</td><td>R\$ 11,60</td><td>R\$ 14,50</td><td>R\$ 5,90</td><td>R\$ 0,00</td><td>R\$ 17,43</td><td>R\$ 4,72</td><td>R\$ 0,00</td><td>R\$ 17,43</td><td>R\$ 0,00</td></tr> <tr> <td colspan="9">Total</td><td>R\$ 154,08</td></tr> </tbody> </table>									Emolumentos	Funrejus	Funarpen	Fundep	Distribuidor	Digitalização	ISS	Diligências	Fotocópias	Buscas	R\$ 83,10	R\$ 11,60	R\$ 14,50	R\$ 5,90	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 4,72	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 0,00	Total									R\$ 154,08
Emolumentos	Funrejus	Funarpen	Fundep	Distribuidor	Digitalização	ISS	Diligências	Fotocópias	Buscas																														
R\$ 83,10	R\$ 11,60	R\$ 14,50	R\$ 5,90	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 4,72	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 0,00																														
Total									R\$ 154,08																														



Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios

CNPJ Nº 05.763.089/0001-61

rateado entre as entidades filiadas proporcionalmente ao montante de suas contribuições.

Art. 44 - (revogado)

PARÁGRAFO ÚNICO - As propostas de alterações do Estatuto serão de iniciativa de qualquer Entidade filiada, devendo ser encaminhadas ao Presidente da APEPREV, o qual ouvirá a Diretoria.

Art. 45 - Os cargos de membros do Conselho Fiscal e da Diretoria são de exercício gratuito.

PARAGRAFO ÚNICO: Aos membros da Diretoria que em viagem a serviço da APEPREV, além do reembolso de suas despesas contara com diária no valor de 10% (dez por cento) do salário-mínimo nacional vigente.

Art. 46 - As entidades filiadas a APEPREV não respondem ativa, passiva ou subsidiariamente pelos atos praticados ou pelas obrigações desta Associação.

Art. 47 - Os membros do Conselho Fiscal, bem como da Diretoria da APEPREV não são responsáveis pelas obrigações contraídas em virtude de ato de gestão, mas responderão civil e criminalmente pelos prejuízos que causarem quando procederem

- I. com culpa ou dolo, embora de suas atribuições ou poderes
- II. com violação da Lei, deste Estatuto ou do Regimento Interno.

Art. 48 - As Entidades filiadas à APEPREV pagarão contribuição anual, que será considerado o período adimplência de 01 de março a 28 de fevereiro do ano vindouro, independente do mês de filiação ou pagamento das parcelas, que será fixada anualmente em Resolução e deverá observar o número de beneficiários do RPPS, incluindo servidores ativos, aposentados e pensionistas.

§ 1º - Fica estabelecido piso mínimo anual de R\$ 700,00 (Setecentos reais) e o teto de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

§ 2º - Fica estabelecido a data de 01 de março para vencimento da anuidade.

§ 3º - Fica estabelecido multa de 1% (um por cento) por mês de atraso referente a anuidade.

§ 4º - O valor estabelecido no § 1º poderá ser reajustado anualmente de acordo com a variação do índice inflacionário oficial a ser fixado por Resolução.

Art. 49 - Este Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação.

Curitiba, 16 de junho de 2025.

Página 000013/000020		Protocolo nº 1.202.013 de 15/08/2025: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 9.886 - AVB 25 em 15/08/2025 e averbado no registro primitivo nº 9.886 deste 2º registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba. Assinado digitalmente por FRANCISCO CESAR CECILIO - Escrevente.							
Registro Nº 9.886 - AVB 25 15/08/2025		000064							
Emolumentos	Funrejus	Funarpen	Fundep	Distribuidor	Digitalização	ISS	Diligências	Fotocópias	Buscas
R\$ 83,10	R\$ 11,60	R\$ 14,50	R\$ 5,90	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 4,72	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 0,00
Total									R\$ 154,68



Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios

CNPJ Nº 05.763.089/0001-61

Documento assinado digitalmente
gov.br MARCIO OLIVEIRA APOLINARIO
Data: 29/07/2025 11:34:33-0300
Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

MARCIO OLIVEIRA APOLINARIO

Presidente

Documento assinado digitalmente
gov.br LUIZ CARLOS MILHARES I
Data: 29/07/2025 13:31:39-0300
Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

LUIZ CARLOS MILHARES I

OAB/PR 25434

Página 000014/000020 Registro Nº 9.886 - AVB 25 15/08/2025		Protocolo nº 1.202.013 de 15/08/2025: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 9.886 - AVB 25 em 15/08/2025 e averbado no registro primitivo nº 9.886 deste 2º registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba. Assinado digitalmente por FRANCISCO CESAR CECILIO - Escrevente. 000065							
Emolumentos	Funrejus	Funarpen	Fundep	Distribuidor	Digitalização	ISS	Diligências	Fotocópias	Buscas
R\$ 83,10	R\$ 11,60	R\$ 14,50	R\$ 5,90	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 4,72	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 0,00
Total									R\$ 154,68

13/08/2025, 16:09

Validar ITI



Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

VALIDAR

Serviço de validação de assinaturas eletrônicas

Nome do arquivo: g- Estatuto atualizado hoje.pdf
Hash: 83e1e935d33f722369f4187b382984dc1a26aa8b12175052b09b5c3fb44d58e3
Data da validação: 13/08/2025 16:09 23 BRT

Informações da Assinatura:

Assinado por: MARCIO OLIVEIRA APOLINARIO
CPF: ***242178-**
Nº de série de certificado emitente: 0x49e04b414e6210b1
Data da assinatura: 29/07/2025 11:34:33 BRT

Assinatura aprovada.



Informações da Assinatura:

Assinado por: LUIZ CARLOS MILHARES I
CPF: ***014549-**
Nº de série de certificado emitente: 0x87bc03a262c5875b
Data da assinatura: 29/07/2025 13:31:39 BRT

Assinatura indeterminada.

Foram encontrados certificados expirados



ACESSO RÁPIDO

Validar

Sobre

Dúvidas

Informações

Fale Conosco

Página 000015/000020 Registro Nº 9.886 - AVB 25 15/08/2025	Protocolo nº 1.202.013 de 15/08/2025: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 9.886 - AVB 25 em 15/08/2025 e averbado no registro primitivo nº 9.886 deste 2º registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba. Assinado digitalmente por FRANCISCO CESAR CECILIO - Escrevente.								
	Emolumentos	Funrejus	Funarpen	Fundep	Distribuidor	Digitalização	ISS	Diligências	Fotocópias
	R\$ 83,10	R\$ 11,60	R\$ 14,50	R\$ 5,90	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 4,72	R\$ 0,00	R\$ 17,43
Total									R\$ 154,00

000066



Nome: Validador de assinaturas eletrônicas

Data de Validação: 13/08/2025 15:47:52 BRT

Versão do software(Verificador de Conformidade): 2.21.1

Versão do software(Validador de Documentos): 3.0.5

Fonte de verificação: Offline

Nome do arquivo: Estatuto hoje.pdf

Resumo da SHA256 do arquivo:

83e1e935d33f722369f4187b382984dc1a26aa8b12175052b09b5c3fb44d58e3

Tipo do arquivo: PDF

Quantidade de assinaturas: 2

Quantidade de assinaturas ancoradas: 2

CN=MARCIO OLIVEIRA APOLINARIO

Informações da assinatura

Assinante: CN=MARCIO OLIVEIRA APOLINARIO

CPF: ***.242.178-**

Página 000016/000020 Registro Nº 9.886 - AVB 25 15/08/2025	Protocolo nº 1.202.013 de 15/08/2025: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 9.886 - AVB 25 em 15/08/2025 e averbado no registro primitivo nº 9.886 deste 2º registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba. Assinado digitalmente por FRANCISCO CESAR CECILIO - Escrevente.									
	Emolumentos	Funrejus	Funapen	Fundep	Distribuidor	Digitalização	ISS	Diligências	Fotocópias	Buscas
	R\$ 83,10	R\$ 11,60	R\$ 14,50	R\$ 5,90	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 4,72	R\$ 0,00	R\$ 11,43	R\$ 0,00
Total										R\$ 154,68

Tipo de assinatura: Destacada

Status de assinatura: Aprovado

Caminho de certificação: Valid

Estrutura: Em conformidade com o padrão

Cifra assimétrica: Aprovada

Resumo criptográfico: true

Data da assinatura: 29/07/2025 11:34:33 BRT

Atributos obrigatórios: Aprovados

Mensagem de alerta: Nenhum erro encontrado

Certificados utilizados

CN=MARCIO OLIVEIRA APOLINARIO

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC Final do Governo Federal do Brasil v1, OU=AC Intermediária do Governo Federal do Brasil v1, O=Gov-Br, C=BR

Data de emissão: 23/08/2024 16:59:13 BRT

Aprovado até: 23/08/2025 16:59:13 BRT

Expirado (LCR): false

CN=AC Final do Governo Federal do Brasil v1, OU=AC Intermediaria do Governo Federal do Brasil v1, O=Gov-Br, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC Intermediaria do Governo Federal do Brasil v1, OU=Autoridade Certificadora Raiz do Governo Federal do Brasil v1, O=Gov-Br, C=BR

Data de emissão: 17/06/2020 17:50:27 BRT

Aprovado até: 09/06/2033 09:00:47 BRT

Expirado (LCR): false

Atributos usados

Atributos obrigatórios

Nome do atributo: IdMessageDigest

Corretude: Valid

Nome do atributo: IdContentType

Corretude: Valid

Nome do atributo: SignatureDictionary

Corretude: Valid

Página

000018/000020

Registro Nº

9.886 - AVB 25

15/08/2025

Total

Protocolo nº 1.202.013 de 15/08/2025: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 9.886 - AVB 25 em 15/08/2025 e averbado no registro primitivo nº 9.886 deste 2º registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba. Assinado digitalmente por FRANCISCO CESAR CECILIO, Escrevente.

000069

Emolumentos	Funrejus	Funarpen	Fundep	Distribuidor	Digitalização	ISS	Diligências	Fotocópias	Buscas
R\$ 83,10	R\$ 11,60	R\$ 14,50	R\$ 5,90	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 4,72	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 0,00
Total									R\$ 154,68

Atributos Opcionais

Nome do atributo: IdSigningTime

Corretude: Valid

CN=LUIZ CARLOS MILHARES I

Informações da assinatura

Assinante: CN=LUIZ CARLOS MILHARES I

CPF: ***.014.549-**

Tipo de assinatura: Destacada

Status de assinatura: Indeterminada

Caminho de certificação: Expired

Estrutura: Em conformidade com o padrão

Cifra assimétrica: Aprovada

Resumo criptográfico: true

Data da assinatura: 29/07/2025 13:31:39 BRT

Atributos obrigatórios: Aprovados

Página 000019/000020 Registro Nº 9.886 - AVB 25 15/08/2025		Protocolo nº 1.202.013 de 15/08/2025: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 9.886 - AVB 25 em 15/08/2025 e averbado no registro primitivo nº 9.886 deste 2º registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba. Assinado digitalmente por FRANCISCO CESAR CECILIO - Escrevente. 000070							
Emolumentos	Funrejus	Funarpen	Fundep	Distribuidor	Digitalização	ISS	Diligências	Fotocópias	Buscas
R\$ 83,10	R\$ 11,60	R\$ 14,50	R\$ 5,90	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 4,72	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 0,00
Total									R\$ 154,68

Mensagem de alerta: Nenhum erro encontrado

Certificados utilizados

CN=LUIZ CARLOS MILHARES I

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC Final do Governo Federal do Brasil v1, OU=AC Intermediaria do Governo Federal do Brasil v1, O=Gov-Br, C=BR

Data de emissão: 09/08/2024 16:05:47 BRT

Aprovado até: 09/08/2025 16:05:47 BRT

Expirado (LCR): true

CN=AC Final do Governo Federal do Brasil v1, OU=AC Intermediaria do Governo Federal do Brasil v1, O=Gov-Br, C=BR

Buscado: Offline

Página

000020/000020

Registro Nº

9.886 - AVB 25

15/08/2025

Protocolo nº 1.202.013 de 15/08/2025: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 9.886 - AVB 25 em 15/08/2025 e averbado no registro primitivo nº 9.886 deste 2º registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba. Assinado digitalmente por FRANCISCO CESAR CECILIO - Escrevente.

000071

Emolumentos	Funrejus	Funerpen	Fundep	Distribuidor	Digitalização	ISS	Diligências	Fotocópias	Buscas
R\$ 83,10	R\$ 11,60	R\$ 14,50	R\$ 5,90	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 4,72	R\$ 0,00	R\$ 17,43	R\$ 0,00
Total									R\$ 154,68

Assinatura: true

Emissor: CN=AC Intermediaria do Governo Federal do Brasil v1, OU=Autoridade Certificadora Raiz do Governo Federal do Brasil v1, O=Gov-Br, C=BR

Data de emissão: 17/06/2020 17:50:27 BRT

Aprovado até: 09/06/2033 09:00:47 BRT

Expirado (LCR): false

Atributos usados

Atributos obrigatórios

Nome do atributo: IdMessageDigest

Corretude: Valid

Nome do atributo: IdContentType

Corretude: Valid

Nome do atributo: SignatureDictionary

Corretude: Valid

Atributos Opcionais

Nome do atributo: IdSigningTime

Corretude: Valid



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS Nº 9.886 PÁGINA 001

CERTIFICO e dou fé que a presente certidão de inteiro teor reproduz integralmente apenas o documento original objeto do REGISTRO Nº 9.886 de 11/09/2025 do Livro de Serviço de Registro das Pessoas Jurídicas deste 2º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Curitiba, Protocolo nº 1203064 no livro A-011, com 13 páginas, incluindo elementos de averbação nº 026. Fica expressamente ressalvado que o ato específico reproduzido na presente certidão está vinculado aos registros e/ou averbações constante do Registro nº 9.886, que podem implicar em alterações de seu conteúdo e de seus efeitos:

Página 001 de 013



Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios

CNPJ Nº 05 763 089/0001-61

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios - APEPREV, nos termos do art. 15 do seu Estatuto Social, CONVOCA todos seus Associados para Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 09h00 no dia 25 de agosto de 2025, no auditório Kiotto do Hotel Nikko, situado na Rua Barão do Rio Branco, 546, Centro, Curitiba, Paraná, com a seguinte ordem do dia:

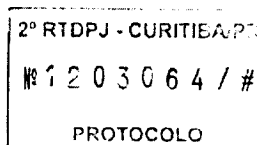
ORDEM DO DIA: Eleição da Diretoria e Conselho Fiscal para o mandato de 01/10/2025 a 30/09/2029.

- I - data da votação: 25 de agosto de 2025.
- II - horário da votação em primeira chamada: das 9h às 9h30min com 2/3 dos associados em dia com as contribuições;
- III - horário da votação em segunda chamada: das 9h30min às 10h com a maioria absoluta dos associados em dia com as contribuições;
- IV - horário da votação em terceira e última chamada: das 10h às 11h com qualquer número de associados;
- V - local de votação: auditório Kiotto do Hotel Nikko, situado na Rua Barão do Rio Branco, 546, Centro, Curitiba, Paraná;
- VI - prazo para registro de chapas: até às 17h do dia 11 de agosto de 2025;
- VI - formas de registro de chapas:
 - a) pelo e-mail aeprev@aeprev.com.br; ou
 - b) por carta registrada, entregue até às 17h do dia 11/08/2025, para o endereço Av. Cândido de Abreu, 660, Sala 407, Centro Cívico, Curitiba, Paraná, 80.530-010;
- VII - horário de funcionamento da Secretaria da APEPREV: das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, de segunda à sexta-feira, na Av. Cândido de Abreu, 660, Sala 407, Centro Cívico, Curitiba, Paraná, 80.530-010, e pelo telefone (41) 99871-4672.

Em atenção aos arts. 17, 18 e 24 do Estatuto da APEPREV serão eleitos, através de sistema de chapa única, os seguintes membros:

I - Para a Diretoria:

- a) 01 (um) Presidente;





2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE CURITIBA

WWW.2RTDCTBACOM.BR
CARLORIO@2OFICIOCOM.BR

ELISA DE FATIMA DUDECKE AZEVEDO
OFICIAL DE REGISTRO

000073

RUA MONSENHOR CELSO, 211 | 8º ANDAR | CENTRO | CURITIBA | PR | CEP 80010-150 | FONE 3023 2444

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS Nº 9.886 PÁGINA 002

Registro nº 9.886 em 11/09/2025 neste 2º Registro de Títulos e Documentos e Civil Pessoas Jurídicas da cidade de Curitiba-PR. Assinado Digitalmente por CONSUELO MERY PEREIRA:96290331949 - Escrevente

Página 002 de 013



Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios

CNPJ Nº 05.763.089/0001-61

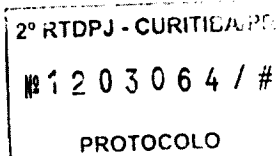
- b) 01 (um) Vice-presidente;
- c) 01 (um) 1º Secretário;
- d) 01 (um) 2º Secretário;
- e) 01 (um) 1º Tesoureiro; e
- f) 01 (um) 2º Tesoureiro.

II – Para o Conselho Fiscal:

- a) 03 (três) membros titulares; e
- b) 03 (três) membros suplentes.

I Demais informações disponíveis no Regimento Eleitoral.

Curitiba, 21 de julho de 2025.



MÁRCIO OLIVEIRA APOLINÁRIO
Presidente



2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE CURITIBA

WWW.2RTDC.TBACOM.BR
CARTEIRO@2OFICIOCOM.BR

ELISA DE FATIMA DUDECKE AZEVEDO

OFICIAL DE REGISTRO

RUA MONSENHOR CELSO, 211 | 8º ANDAR | CENTRO | CURITIBA | PR | CEP 80010-150 | TEL. 3023-2444

000074

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS Nº 9.886 PÁGINA 003

Registro nº 9.886 em 11/09/2025 neste 2º Registro de Títulos e Documentos e Civil Pessoas Jurídicas da cidade de Curitiba-PR. Assinado Digitalmente por CONSUELO MERY PEREIRA:96290331949 - Escrevente

Página 003 de 013



Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios

CNPJ Nº 05.763.089/0001-61

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS – APEPREV

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de agosto (08) de 2025 (dois mil e vinte e cinco), os associados da ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DAS ENTIDADES PREVIDENCIÁRIAS DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS – APEPREV, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob nº 05.763.089/0001-61, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária, no Salão de Eventos do Hotel Nikko, situado na Rua Barão do Rio Branco, 546, - Centro, Curitiba – PR, conforme Edital de Convocação datado de 21/07/2025, publicado no site da APEPREV conforme artigo 15, e via eletrônico por e-mail aos associados, com primeira chamada as 09:00 horas, exigindo-se a presença de 2/3 (dois terços), dos associados em dia com as contribuições, em segunda chamada as 09:30 horas com a presença a maioria absoluta dos associados em dia com as contribuições, dos associados e em terceira e última chamada as 10:00 horas com qualquer número de associados. O número total de associados até a presente data é de 127 (cento e vinte e sete), sendo que todos estão em dia com suas obrigações junto a APEPREV. As 10:00 horas, sob a presidência do senhor Marcio Oliveira Apolinário, Presidente da APEPREV, houve a abertura da assembleia, passando a condução da assembleia para o Presidente da Comissão Eleitoral, o senhor Luiz Carlos Milharese, brasileiro, maior, casado, advogado inscrito na OAB/PR sob nº 25.434, CPF 574.014.549-04, o qual designou para atuar como secretário adhoc o senhor Marcus Evandro Giarola. Apurado o quórum, constatou-se a presença de 81 associados em dia com suas contribuições, motivo pelo qual declarou-se instalada a Assembleia Geral Ordinária nos termos do artigo 12 do Estatuto da APEPREV. Instalada a Assembleia, passou-se a deliberar sobre a ordem do dia, sendo composta de Eleição para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Iniciados os trabalhos foi informado que houve a inscrição de somente 1 (UMA) chapa, denominada de "APEPREV – JUNTOS SOMOS MAIS FORTES", tendo como candidato a Presidente o Senhor Marcio Oliveira Apolinário. Considerando ser candidatura única, passou-se ao processo de votação tendo a chapa "APEPREV – JUNTOS SOMOS MAIS FORTES" sagrando-se vitoriosa por com 81 votos, ficando assim composta:

Presidente	Jussara	MÁRCIO OLIVEIRA APOLINÁRIO CPF/RG Nº 194.242.178-89
Vice-Presidente	Loanda	EDIRLENE RODRIGUES MILHARES CPF/RG Nº 561.537.169-20
1º Secretário	Cambé	ANDRÉIA CRISTINA DA SILVA CPF Nº 025.958.749-42 / RG Nº 66971910
2º Secretário	Curitiba	JANAINA DE ASSIS CPF Nº 031.065.039-98 / RG nº 64477864

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
(41) 3225-3905 - Curitiba/PR

Página 1 de 2



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS Nº 9.886 PÁGINA 004

Registro nº 9.886 em 11/09/2025 neste 2º Registro de Títulos e Documentos e Civil Pessoas Jurídicas da cidade de Curitiba-PR. Assinado Digitalmente por CONSUELO MERY PEREIRA:96290331949 - Escrevente

Página 004 de 013



Associação Paranaense das Entidades
Previdenciárias do Estado e dos Municípios

CNPJ Nº 05.763.089/0001-61

1º Tesoureiro	Campo do Tenente	MARY STELA DA SILVA BOGARIM CPF Nº 046.881.009-90 / RG Nº 8.568.359-4
2º Tesoureiro	Flórida	PAULO SERGIO PEREIRA CPF/RG Nº 670.922.929-72
1º Membro Titular do Conselho Fiscal	Medianeira	ALEXANDRO DE MARQUE CPF/RG Nº 968.560.689-72
2º Membro Titular do Conselho Fiscal	Turvo	MÁRCIA REGINA DE CAMPOS CPF Nº 853.330.859-00 / RG Nº 5.460.166-2
3º Membro Titular do Conselho Fiscal	Angulo	IVAN CARLOS CUNHA FERNANDES CPF Nº 009.432.559-61 / RG Nº 77385258
1º Membro Suplente do Conselho Fiscal	Querência do Norte	ADELAIDE DA CRUZ CPF nº 855.246.469-15 RG 5272652-2
2º Membro Suplente do Conselho Fiscal	Ibaiti	EVERTON LUIZ NOBILE CPF/ Nº 019.276.679-17
3º Membro Suplente do Conselho Fiscal	Nova Prata do Iguaçu	SONIA CRISTANI CPF Nº 028.221.029-61 / RG Nº 76338582

2º OFFICINHA DE REGISTRO
Registro de Títulos e Documentos
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
(41) 3225-3905 - Curitiba/PR

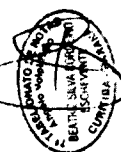
Em seguida o Presidente da Comissão Eleitoral Luiz Carlos Milharesi, declarou eleita a chapa e conforme Edital Eleitoral 01/2025 marcou a posse dos Eleitos para o dia 1º de outubro de 2025 na sede da Associação. O mandato fica definido de 01 de outubro de 2025 a 30 de setembro de 2029. Na sequência foi passada a palavra ao Presidente Eleito Marcio Oliveira Apolinário que agradece a confiança de todos e reafirmou o compromisso de estar sempre à disposição dos RPPS. Não havendo mais nada a tratar o Presidente deu por encerrada a reunião e, eu Marcus Evandro Giarola, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada por mim, pelo Presidente e quem mais assim o desejar.

MARCIO OLIVEIRA APOLINARIO
Presidente

PROTOCOLADO
MARCUS EVANDRO GIAROLA
Secretário ad-hoc

7º TABELONATO DE NOTAS - Dr. Angelo Volpi Neto
R. Mal. Deodoro, 320 - Centro - Curitiba - Paraná - Fone: (41) 3094.7700
Reconheço e dou fé por SEMELHANÇA (de) Armado(s) de
MARCUS EVANDRO GIAROLA, MARCIO OLIVEIRA APOLINARIO.
Curitiba-PR 26 de agosto de 2025 11:00:48
Em
Em

BEATRIZ SILVA CORDEIRO / Escrevente
Selo nº SFTN1 CQ88b sP30-15ms P 508
Consulte este selo em <https://selos.2rt.com.br> com autenticação





2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE CURITIBA
WWW.2RTDCTBACOMBR
CARTEIRO@2OFICIOCOMBR
ELISA DE FATIMA DUDECKE AZEVEDO
OFICIAL DE REGISTRO

000076

RUA MONSENHOR CELSO, 211 | 8º ANDAR | CENTRO | CURITIBA | PR | CEP 80010-150 | F1. 3023 2444

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS Nº 9.886 PÁGINA 005

Registro nº 9.886 em 11/09/2025 neste 2º Registro de Títulos e Documentos e Civil Pessoas Jurídicas da cidade de Curitiba-PR. Assinado Digitalmente por CONSUELO MERY PEREIRA:96290331949 - Escrevente

Página 005 de 013

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
2º Ofício de Pessoas Jurídicas
Rua Uruguaia, 320 - Sala 504
Curitiba/PR

2º Ofício de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas - Curitiba - PR

DISTRIBUIDO SOB Nº 152-5575
AO 2º OFÍCIO
Sala Fiscalização: SPDTI - Caixa: 0000-0000 - F3700
Consulte o site em <https://portal.furcampr.com.br>
CUSTAS
Lei Estadual nº11966/97, Tabela XVI-Distrib
110, 111, IV e nota 2 - Confira o site em
sumário do Ofício de Pessoas Jurídicas
(DISTRIBUIÇÃO (78 VRCs) R\$23
L.F. JAVERBAÇÃO (26 VRCs) R\$ 100
L.F. SELO R\$ 7,00 CURITIBA, 09/09/2025

CONSUELO MERY PEREIRA:96290331949 - AC SyngularID Multipla - 11/03/2025



090077

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS Nº 9.886 PÁGINA 006

Registro nº 9.886 em 11/09/2025 neste 2º Registro de Títulos e Documentos e Civil Pessoas Jurídicas da cidade de Curitiba-PR. Assinado Digitalmente por CONSUELO MERY PEREIRA:96290331949 - Escrevente

Página 006 de 013

1

Relação de Filiados da APEPREV, aptos para votar na eleição de 25 de agosto de 2025.

UF	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	PRESIDENTE	ASSINATURA
PR	ALTAMIRA DO PARANA	INST DE PREV SOCIAL DOS SERV PUB DO MUN DE ALTAMIRA DO PARANA	MARCELO PENHA GOIS	
PR	ALTO PARANA	FUN PREVIO MUN DOS SERV PUB DO MUN DE ALTO PARANA	CLARICE BISCONSIM	
PR	ALTONIA	FUN DE APOS E PEN DOS SERV PUB MUN DE ALTONIA	MAXILIANO MAINA	
PR	AMAPORA	FUN DE PREV MUN DE AMAPORA	JOSE CARLOS DE MACEDO	
PR	AMPERE	INST DE PREV DO MUN DE AMPERE	ANDREIA BADIA	
PR	ANDARAÍ/PR	FUN DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ANDARAÍ - FUNPESPA	ANDRÉ HENRIQUE DASSIE	
PR	ÂNGULO	INST de PREV e Assist. Mun. de Ângulo - IPAM	IVAN CARLOS CUNHA FERNANDES	
PR	ARAPONGAS	INST DE PREV PEN E APOS DOS SERV DE ARAPONGAS	MARIA DO CARMO PAIANO NIHEI	
PR	ARAPOTI	INST DE PREV DOS SERV MUN DE ARAPOTI	JOAO PAULO DA SILVA	
PR	ASTORGA	CAIXA DE PREV SOCIAL DOS SERV PUB DO MUN DE ASTORGA	MARCUS EVANDRO GIAROLA	
PR	BARBACÃO	FUN MUN DE PREV DE BARBACÃO	FLÁVIO ANTONIO CHITOLINA	
PR	BELA VISTA DO PARAISO	INST DE PREV DOS SERV PUB DO MUN DE BELA VISTA DO PARAISO	SANDRA N PINHEIRO	
PR	BOA ESPERANÇA	INST DE PREV DOS SERV PUB DE BOA ESPERANÇA	ADRIANA MARIA PEREIRA	
PR	BOA VENTURA DE SAO ROQUE	FUN MUN DE PREV SOCIAL	MARLENE PEREIRA DOS SANTOS	
PR	CAFLANDIA	FUN DE PREV DOS SERV MUN DE CAFLANDIA PR	ELIANE CRISTINA DE LUCA DA SILVA	



000078

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS Nº 9.886 PÁGINA 007

Registro nº 9.886 em 11/09/2025 neste 2º Registro de Títulos e Documentos e Civil Pessoas Jurídicas da cidade de Curitiba-PR. Assinado Digitalmente por CONSUELO MERY PEREIRA:96290331949 - Escrevente

Página 007 de 013

2

Relação de Filiados da APEPREV, aptos para votar na eleição de 25 de agosto de 2025.

PR	CAMBE	AUT MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV PUB DO MUN DE CAMBE	ANDREA CRISTINA DA SILVA	
PR	CAMPINA GRANDE DO SUL	PREV SOCIAL DO MUN DE CAMPINA GRANDE DO SUL	ILACIR DOS SANTOS RODRIGUES	
PR	CAMPO BONITO	FUN DE PREV DOS SERV DO MUN DE CAMPO BONITO - FUMPRECAMPO	SANDRA DE SOUZA	
PR	CAMPO DO TENENTE	INST de Previdência dos SERV MUN de Campo do Tenente	Irineu Drewenak	
PR	CAMPO LARGO	INST DE APOS E PEN DE CAMPO LARGO	EMERSON QUADROS ZANETTI	
PR	CAMPO MOURAO	PREV SOCIAL DOS SERV PUB DO MUN DE CAMPO MOURAO	SILVANE BOTEGA	
PR	CANTAGALO	INST DE PREV DOS SERV PUB DO MUN DE CANTAGALO	SUSANA APARECIDA BORELLI	
PR	CASCATEL	INST DE PREV DOS SERV PUB DO MUN DE CASCATEL	ALCINEU GRUBER	
PR	CATANDUVAS	PREV SOCIAL DOS SERV PUB DO MUN DE CATANDUVAS	CLAUCIA APARECIDA COLLA SANTOS	
PR	CERRO AZUL	INST de Previdência dos SERV Públicos do Município de Cerro Azul	Alexandre Dantas Brighetti	
PR	CHOPINZINHO	FUN DE PREV SOCIAL DOS SERV PUB DO MUN DE CHOPINZINHO	ALECSOM PIASSA	
PR	CIANORTE	CAIXA DE AP. E PEN. DOS SERV. PUB MUN DE CIANORTE - CAPSECI	ROGERIO MACOLINO DA SILVA	
PR	COLOMBO	PREV DOS SERV PUB MUN DE COLOMBO	WILTON LUIZ CARRAO	
PR	CONGONHINHAS	INST MUN DE PREV DE CONGONHINHAS	WENDEL JOSE TELUSKI	
PR	CONTENDA	IPRECONTENDA - INST DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUN DE CONTENDA	FABIO LUIS MALINOVSKI PADILHA	
PR	CORBELIA	CAIXA DE PREV DOS SERV PUB CIVIS DO MUN DE CORBELIA	ELOSANGELA TSCHAM	



08/079

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS Nº 9.886 PÁGINA 008

Registro nº 9.886 em 11/09/2025 neste 2º Registro de Títulos e Documentos e Civil Pessoas Jurídicas da cidade de Curitiba-PR. Assinado Digitalmente por CONSUELO MERY PEREIRA:96290331949 - Escrevente

Página 008 de 013

3

Relação de Filhados da APEPREV, aptos para votar na eleição de 25 de agosto de 2025.

		2º RTDPJ - CURITIBA/PR	
		1203064 / #	
		PROTOCOLO	
PR	CRUZEIRO DO OESTE	FUD PREV MUN CRUZEIRO DO OESTE	HUGO BORTOLON DUARTE
PR	CRUZEIRO DO SUL	INST PREV MUN CRUZEIRO DO SUL	MARCOS CESAR CORREIA
PR	CURITIBA	Serviço Social Autônomo - PARANAPREVIDÊNCIA	FELIPE VIDIGAL
PR	CURITIBA	FUN DE PREV DO MUN DE CURITIBA	WELISON DONIZETE LOPES
PR	DIAMANTE DO NORTE	CAISA PREVIDENCIÁRIA MUN DE DIAMANTE DO NORTE	ALESSANDRO DA SILVA PARIZ
PR	ESPERANCA NOVA	INST DE PREV DE ESPERANCA NOVA	EDSON JAQUES SANTOS
PR	FERNANDES PINHEIRO	FUN DE APOS E PENSÃO DE FERNANDES PINHEIRO	SANDRA MARA SARNOSKI AFONSO
PR	FLORESTA	REGIME PRÓPRIO DE PREV SOCIAL DE FLORESTA	MARA LOISE BARLATI
PR	FLORIDA	FUN DE PREV SOCIAL DOS SERV PUB DO MUN DE FLORIDA	PAULO SERGIO PEREIRA
PR	FOZ DO IGUAÇU	FOZ PREV	REGINALDO ADRIANO DA SILVA
PR	FOZ DO JORDAO	REGIME PRÓPRIO DE PREV SOCIAL - PREV FJZ	JOCELAINE PRESA
PR	FRANCISCO BELTRAO	PREFEITURA MUN DE FRANCISCO BELTRAO	CHANA CRISTINA ZUCONELLI
PR	GODOY MOREIRA	INST DE PREV DOS SERV PUB DO MUN DE GODOY MOREIRA	MARCELO KOLECHA MARTINS
PP	GUARAÇA	INST PREV SERV PUB MUN GUARAÇA	MELISSA IGLESIAS COSTA
PR	GUAMIRANGA	FUN MUN DE PREV - FUNPREV	JOHN CARLOS EMANOEL LESQUIEVICZ
PR	GUARACI	FUN ESPECIAL DE PREV DO MUN DE GUARACI	MAICON SOARES CARLOS



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS Nº 9.886 PÁGINA 009

Registro nº 9.886 em 11/09/2025 neste 2º Registro de Títulos e Documentos e Civil Pessoas Jurídicas da cidade de Curitiba-PR. Assinado Digitalmente por CONSUELO MERY PEREIRA:96290331949 - Escrevente

Página 009 de 013

Relação de Filhados da APEPREV, aptos para votar na eleição de 25 de agosto de 2025.

PR	GUARANIACU	FUN DE PREV DO MUN DE GUARANIACU	MIRIAM FERREIRA DE ALMEIDA GEMELLI	Miriam Inês de Almeida Gmelli
PR	IBAITI	INST DE PREV DOS SERV PUB DO MUN DE IBAITI	EVERTON LUIZ NOBILE	
PR	IBIPORA	INST DE PREV DE IBIPORA	FLAVIA CRISTINA MASUDA RUIZ	
PR	ICARAIMA	FUN DE APOS E PEN DOS SERV PUB MUN DE ICARAIMA	PEDRO ALVES MACHADO	
PR	IMBITUVA	FUN DE PREV MUN DE IMBITUVA	CLAUNEI GALVAO DA SILVA	
PR	INACIO MARTINS	INST DE PREV DOS SERV PUB DE INACIO MARTINS	NEREU RAMOS DE OLIVEIRA	
PR	IPIRANGA	INST DE PREV DOS SERV PUB DO MUN DE IPIRANGA	EDELICIO LUIZ DE ALMEIDA TUPICH	
PR	IRATI	CAIXA DE APOS DE PENSÃO DOS SERV MUN DE IRATI	ROZENILDA ROMANIN BARBARAR	
PR	ITAUNA DO SUL	REG PROP PREV SOCIAL DE ITAUNA DO SUL	LIGIANE MACHADODOS SANTOS GOES	
PR	ITRETAMA	PREV SOCIAL DOS SERV PUB MUN DE IRETAMA	MATEUS GOMES VIEIRA	
PR	IVATUBA	FUN PREV MUN IVATUBA	MARIA UIZA MACEDO	
PR	JAGUARIAIVA	INST DE PREV E ASSISTENCIA AOS SERV PUB MUN DE JAGUARIAIVA	VALDEMIR FERREIRA	
PR	JANDAIA DO SUL	INST DE PREV DOS SERV PUB DO MUN DE JANDAIA DO SUL	SHEILA CRISTINA DA SILVA	
PR	JAPURÁ	INST DE PREV DOS SERV PUB DO MUN DE JAPURÁ	MARIO FRANCISCO QUIRINO	
PR	JARDIM OLINDA	REGIME PROPRIO DE PREV SOCIAL DE JARDIM OLINDA	ANDREA APARECIDA FERREIRA	
PR	JATAIZINHO	INST PREV SERV PUB MUN JATAIZINHO	WANDERLEY MORENO BAPTISTA	

2º RTDPJ - CURITIBA/PR

Nº 1203064 / #

PROTOCOLO



000081

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS Nº 9.886 PÁGINA 010

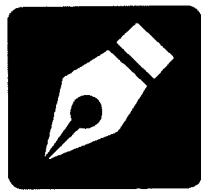
Registro nº 9.886 em 11/09/2025 neste 2º Registro de Títulos e Documentos e Civil Pessoas Jurídicas da cidade de Curitiba-PR. Assinado Digitalmente por CONSUELO MERY PEREIRA:96290331949 - Escrevente

Página 010 de 013

5

Relação de Filhados da APEPREV, aptos para votar na eleição de 25 de agosto de 2025.

PR	LAPA	INST: INST DE PREVIDÊNCIA DOS SERV PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAPA.	ALTAIR EUKO	
PR	LOANDA	SOCIEDADE PREVRIA MUN	IVO MOREIRA DOS SANTOS	
PR	LOBATO	INST DE SEGURIDADE SOCIAL DE LOBATO - LOBATOPREV	FLAVIA REGINA GONCALVES	
PR	LONDRINA	CAIXA DE ASSISTENCIA APOS E PEN DOS SERV MUN DE LONDRINA	LUIZ NICACIO	
PR	LUZIANA	PREV SOCIAL DOS SERV PUBL DO MUN DE LUZIANA	REINALDO ASSIS MONTE ALTO	
PR	MARIALVA	INST DE PREV E ASSIST DO MUN DE MARIALVA	PATRICIA ERICA HAMADA BONIORNO	
PR	MARILENA	FUN PREV DE MARILENA	ELIZABETE VANZELLI MANTUANI	
PR	MARINGA	MARINGA PREV DO SERV PUB MUN DE MARINGA	EDSON PALIARI	2º RTDPJ - CURITIBA
PR	MARQUINHO	INST DE PREV DO MUN DEMARQUINHO	MARCELA VARELA	Nº 1203064 / #
PR	MATELANDIA	FUN MUN DE PREV DO MUN DE MATELANDIA	LETICIA GOULART FONTANA	PROTOCOLO
PR	MATINHOS	INST DE PREV SERV PUB DO MUN DE MATINHOS	MARLISE ALBOIT RAMOS	
PR	MEDIANEIRA	INST DE PREV MUN MEDIANEIRA	MARTA REGIANA RIBEIRO FRACARO	
PR	NOVA AURORA	FUN DE PREV DE NOVA AURORA	SAMUEL OZORIO BUENO	
PR	NOVA CANTU	INST DE PREV DOS SERV PUB DO MUN DE NOVA CANTU	ELEANI MARIA DE ANDRADE JASKIW	
PR	NOVA ESPERANCA	INST DE PREV DOS SERV PUB DO MUN DE NOVA ESPERANCA	SILVANA PIGA MOLINARI	
PR	NOVA LONDRINA	NOVA LONDRINA PREV	NAIR DE SOUZA MAIOR BONO	



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS Nº 9.886 PÁGINA 011

Registro nº 9.886 em 11/09/2025 neste 2º Registro de Títulos e Documentos e Civil Pessoas Jurídicas da cidade de Curitiba-PR. Assinado Digitalmente por CONSUELO MERY PEREIRA:96290331949 - Escrevente

Página 011 de 013

6

Relação de Filiados da APEPREV, aptos para votar na eleição de 25 de agosto de 2025.

PR	NOVA PRATA DO IGUAÇU	FUN DE PREV SOCIAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU	CLEUSA APARECIDA DAMASIO TELES	
PR	NOVO ITACOLOMI	INST DE PREV DOS SERV PUB DO MUN DE NOVO ITACOLOMI	EDISON JOSE EXPEDITO	
PR	PALMEIRA	REGIME PROPRIO DE PREV DE PALMEIRA	Juliano Barauce de Oliveira	
PR	PARANACITY	INST DE PREV SOCIAL DE PARANACITY	JOSE ARIOS DELA TORRE	
PR	PARANAGUA	PARANAGUA PREV	ALI KADRI	
PR	PARANAVAI	PARANAVAI PREV	ROSELY NAVARRO RODRIGUES	
PR	PATO BRANCO	INST DE PREV DOS SERV PUB MUN DE PATO BRANCO	ADEMILSON CANDIDO SILVA	
PR	PEABIRU	FUN MUN DE PREV DE PEABIRU	ADEMAR GONÇALVES DE OLIVEIRA	
PR	PEROBAL	MUN DE PEROBAL	ALEXANDRE APARECIDO FLAMESCHI AUGUSTINHO	
PR	PEROLA	FUN APÓS PENS SERV PUB PEROLA	BRUMMER APARECIDO MAQUEDA	
PR	PIEN	INST DE PREV SOCIAL DOS SERV PUB DO MUN DE PIEN	JACQUELINE NIEZER	
PR	PINHAI	PINHAIS PREV	MARCIO DOS SANTOS RESZKO	
PR	PINHÃO	FUN DE PREV MUN DE PINHÃO	SOLANGE DE FATIMA DRUCHAK	
PR	PIRAQUARA	INST DE PREV DO MUN DE PERAQUARA	CRISTOVAO RODRIGO CHIQUETO	
PR	PITANGA	FUN MUN DE PREV DOS SERV MUN DO MUN DE PITANGA	JACIELE APARECIDA VIEIRA BRAGA	
PR	PITANGUEIRAS	INST PREC SERV PUB PITANGUEIRAS	Paulo Sérgio Gonçalves	

RTDPJ - CURITIBA-PR
Nº 1203064 / #
PROTOCOLO



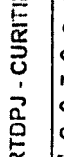
000083

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS Nº 9.886 PÁGINA 012

Registro nº 9.886 em 11/09/2025 neste 2º Registro de Títulos e Documentos e Civil Pessoas Jurídicas da cidade de Curitiba-PR. Assinado Digitalmente por CONSUELO MERY PEREIRA:96290331949 - Escrevente

Página 012 de 013

Relação de Filiados da APEPREV, aptos para votar na eleição de 25 de agosto de 2025.

PR	PLANALTO	FUN DE PREV DO MUN DE PLANALTO	DILCE MARIA HOSDA	
PR	PORTO BARREIRO	INST DE PREV DOS SERV DO MUN DE PORTO BARREIRO	ANDREA WOLFF LAGO	
PR	PORTO RICO	FUN PREV MUN DE PORTO RICO	MARCOS CRHISTIAN SARTORI LIMA	
PR	PRUDENTOPOLIS	INST DE PREV DE PRUDENTOPOLIS	LUCIANO ROIK	
PR	QUATRO BARRAS	PREV SOCIAL DO MUN DE QUATRO BARRAS	ELLEN CORREA WANDENBRUCK LAGO	
PR	QUERENCIA DO NORTE	INST DE PREV DOS SERV PUB DO MUN DE QUERENCIA DO NORTE	ADELAIDE DA CRUZ	
PR	RESERVA DO IGUAÇU	FUNPRI - FUN de Previdência de Reserva do Iguaçu	Marilda da Silva Barbosa	
PR	RIO AZUL	FUN DE PREV DO MUN DE RIO AZUL	IGOR POPOVICZ	
PR	RIO BONITO DO IGUAÇU	FUN DE PREV DE RIO BONITO DO IGUAÇU	HAMILTON BELLONI	
PR	RIO NEGRO	SERV PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRO - IPERINE	ANA PAULA PORTES CHAPIEWSKI	2º RTDPJ - CURITIBA
PR	ROLANDIA	FUN DE APOS PMSOES E BENEFÍCIOS DOS SERV DO MUN DE ROLANDIA	ELUIZA MESSIANO BETTEGA	Nº 1203064 / #
PR	RONCADOR	FUN DE PREV DO MUN DE RONCADOR	GRACIELE GEHRING	PROTOCOLO
PR	SANTA MONICA	INST DE PREV DOS SERV PUB DE SANTA MONICA	AILTON DA SILVA CORDEIRO	
PR	SÃO JORGE DO PATROCÍNIO	FUN DE PREV DO MUN DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO	SIRLAINE FERREIRA FREDERICO BLASQUES	
PR	SÃO JOSE DOS PINHAIS	AUTARQ DE PREVID SOCIAL DOS SERV PUB DO MUN DE SÃO JOSE DOS PINHAIS	IVAN FERREIRA DE MELO	
PR	SÃO MATEUS DO SUL	FUN DE PREV DO MUN DE SÃO MATEUS DO SUL	EDENILSON KUJAWA	



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS Nº 9.886 PÁGINA 013

Registro nº 9.886 em 11/09/2025 neste 2º Registro de Títulos e Documentos e Civil Pessoas Jurídicas da cidade de Curitiba-PR. Assinado Digitalmente por CONSUELO MERY PEREIRA:96290331949 - Escrevente

Página 013 de 013

8

Relação de Filiação da APEPREV, aptos para votar na eleição de 25 de agosto de 2025.

		2º RTDPJ - CURITIBA-PR	
		Nº 1203064 / #	
		PROTOCOLO	
PR	SÃO PEDRO DO PARANA	FUNDO PREV MUN SÃO PEDRO PARANA	TEOBALDO DAS MARTINS
PR	SÃO TOMÉ	FUN DE PREV DO MUN DE SÃO TOMÉ	MARTA MARQUES ROCHA
PR	SABANDI	CAIXA DE APOS E PENSÃO DOS SERV MUN DE SABANDI	MARCIO CESAR FALASCHI
PR	TEIXEIRA SOARES	FUN FINANCEIRO MUN DE TEIXEIRA SOARES	MARIA INES GUTERRE WOLSKI
PR	TELEMACHO BORBA	FUN PREVIRIO DO MUN DE TELEMACHO BORBA	LUDOVICO SVECH SOBRINHO
PR	TERRA BOA	FUN DE PREV DO MUN DE TERRA BOA	EDUARDO MAGON
PR	TERRA RICA	PREV SOCIAL DO MUN DE TERRA RICA	ALMIR FEDERICCI
PR	TERRA ROXA	PREV SOCIAL DOS SERV PUBL DO MUN DE TERRA ROXA	MARCOS PAULO ALVES
PR	TOLEDO	FUN DE APOS E PEN DOS SERV MUN DE TOLEDO	ROSELI FABRIS DALLA COSTA
PR	TURVO	FUN DE PREV DOS SERV MUN DE TURVO - PR	DIOGO AUGUSTO DE OLIVEIRA
PR	UMUARAMA	FUN PREVIDENCIA MUN DE UMUARAMA - FPMU	DENISE CONSTANCE FREITAS
PR	UNIAO DA VITORIA	FUN PARA CUSTEIO PREVIRIO DAS APOS E PEN DOS SERV PUB MUN	ADRIANA APARECIDA TAVES PICATTO
PR	UNIFLOR	FUN PREVIRIO UNIFLOR	ALESSANDRO PARANHOS BIONDO
PR	WENCESLAU BRAZ	FUN DE PREV SOCIAL DO MUN DE WENCESLAU BRAZ PARANA	FABIO LOURENCO RODRIGUES

Documento assinado digitalmente por CONSUELO MERY PEREIRA:96290331949. Com certificado digital emitido por AC SyngularID Multipla. Emolumentos: R\$11,08 (VRC 40,00), Funrejus: R\$12,33, ISSQN:R\$1,97, FUNDEP: R\$2,47, Selo: R\$5,50, Folha Adicional: R\$33,24, Buscas: R\$4,98, : . Total: R\$71,57, Folha que ascesce R\$2,46. Selo Digital nºSFTD1ne9Cnmsb5uQRCET1307q. Consulte em <http://selo.funarpen.com.br/consulta> 11/03/202600D1B025067D0806B70A2ECONSUELO MERY PEREIRA:96290331949 - AC SyngularID Multipla00D1B025067D0806B70A2E - 96290331949.

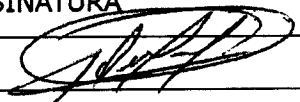
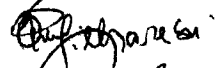
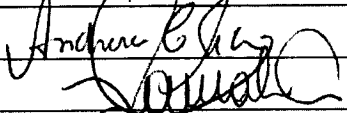
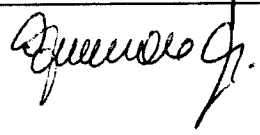
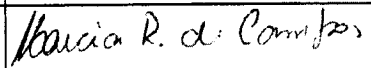
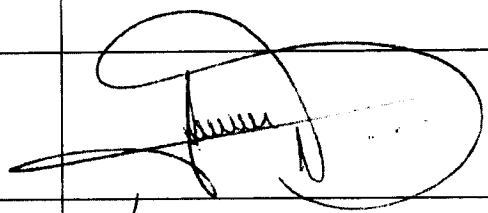
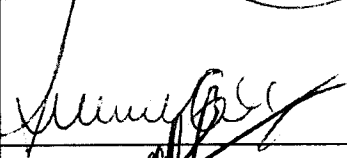
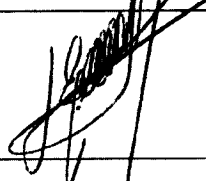
F U N A R P E N



SELO DE FISCALIZAÇÃO
SFTD1.ne9Cn.msb5u
QRCET.1307q
<https://selo.funarpen.com.br>

**TERMO DE POSSE DA DIRETORIA E DO CONSELHO FISCAL DA
ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DAS ENTIDADES PREVIDENCIARIAS DO
ESTADO E DOS MUNICÍPIOS – APEPREV**

Ao 01 (primeiro) dia do mês de outubro (10) de dois mil e vinte e cinco (2025), foi dado posse aos membros eleitos da Diretoria e do Conselho Fiscal, eleito na Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 25 de agosto de 2025, nas dependências do Hotel Nikko, na cidade de Curitiba, deste Estado.

CARGO	NOME	ASSINATURA
Presidente	MÁRCIO OLIVEIRA APOLINÁRIO	
Vice-Presidente	EDIRLENE RODRIGUES MILHARES	
1º Secretário	ANDRÉIA CRISTINA DA SILVA	
2º Secretário	JANAINA DE ASSIS	
1º Tesoureiro	MARY STELA DA SILVA BOGARIM	
2º Tesoureiro	PAULO SERGIO PEREIRA	
1º Membro Titular do Conselho Fiscal	ALEXANDRO DE MARQUE	
2º Membro Titular do Conselho Fiscal	MÁRCIA REGINA DE CAMPOS	
3º Membro Titular do Conselho Fiscal	IVAN CARLOS CUNHA FERNANDES	
1º Membro Suplente do Conselho Fiscal	ADELAIDE DA CRUZ	
2º Membro Suplente do Conselho Fiscal	EVERTON LUIZ NOBILE	
3º Membro Suplente do Conselho Fiscal	SONIA CRISTANI	



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

000086

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
05.763.089/0001-61
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
23/06/2003

NOME EMPRESARIAL

ASSOCIACAO PARANAENSE DAS ENTIDADES PREVIDENCIARIAS MUNICIPAIS - APEPREV

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
APEPREV

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO

AV CANDIDO DE ABREU

NÚMERO

660

COMPLEMENTO

CONJ 407 ANDAR 04 COND PALLADION
CENTRO CIV

CEP

80.530-000

BAIRRO/DISTRITO

CENTRO CIVICO

MUNICÍPIO

CURITIBA

UF

PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO

APEPREV@APEPREV.COM.BR

TELEFONE

(44) 9921-0603

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL

ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL

23/06/2003

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 13/05/2026 às 11:16:19 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

000087



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO PARANAENSE DAS ENTIDADES PREVIDENCIARIAS MUNICIPAIS -
APEPREV**
CNPJ: 05.763.089/0001-61

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:03:07 do dia 12/05/2026 <hora e data de Brasília>.

Válida até 08/11/2026.

Código de controle da certidão: **233F.9660.BC33.DDCD**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

000088

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 39517647-74

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **05.763.089/0001-61**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 09/09/2026 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO

000089

CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

Certidão nº: 13.127.086

CNPJ: 05.763.089/0001-61

Nome: ASSOCIACAO PARANAENSE DAS ENTIDADES PREVIDENCIARIAS MUNICIPAIS - APEPREV

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria Municipal de Finanças e créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa junto à Procuradoria Geral do Município (PGM).

Esta certidão compreende os Tributos Mobiliários (Imposto sobre serviço - ISS), Tributos Imobiliários (Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Intervivos- ITBI e Contribuição de Melhoria), Taxas de Serviços e pelo Poder de Polícia e outros débitos municipais inscritos em dívida ativa.

A certidão expedida em nome de pessoa jurídica abrange todos os estabelecimentos (matriz e filiais) cadastrados no Município de Curitiba.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço
<https://cnd-cidadao.curitiba.pr.gov.br/Certidao/ValidarCertidao>.

Certidão emitida com base no Decreto 619/2021 de 24/03/2021.

Emitida às 14:20 do dia 12/05/2026.

Código de autenticidade da certidão: 625049C1B6D84EE34B6712E0D406DE5CF1

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Válida até 10/08/2026 – Fornecimento Gratuito



Você também pode validar a autenticidade da certidão utilizando um leitor de QRCode.

Voltar

Imprimir

000090



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 05.763.089/0001-61
Razão Social: ASSOCIACAO PARANAENSE DAS ENTIDADES PREVIDENCIARIAS MUN
Endereço: AV CANDIDO DE ABREU 660 CONJ 407 / CENTRO CIVICO / CURITIBA / PR / 80530-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 05/05/2026 a 03/06/2026

Certificação Número: 2026050519481253403870

Informação obtida em 13/05/2026 11:18:51

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO PARANAENSE DAS ENTIDADES PREVIDENCIARIAS
MUNICIPAIS - APEPREV (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 05.763.089/0001-61
Certidão nº: 47617854/2026
Expedição: 13/05/2026, às 11:19:17
Validade: 09/11/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO PARANAENSE DAS ENTIDADES PREVIDENCIARIAS MUNICIPAIS - APEPREV (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **05.763.089/0001-61**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

COMARCA DE CURITIBA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO PARANÁ

1º OFÍCIO DISTRIBUIDOR, PART. E CONTADOR JUDICIAL DO FORO
CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 1º ANDAR - FONE: (41) 3027-5253
EDIFÍCIO DO FÓRUM CÍVEL - CENTRO-CÍVICO
CEP: 80530-906
www.1distribuidorcuritiba.com.br



EMPREGADOS JURAMENTADOS

SANDRA LUCIA PELIKI
LUIZ CARLOS KOFANOVSKI
ISABEL ANGELA WYPYCH
MARIANY BEATRIZ DA SILVA SCAPINELI
FERNANDA GALLASSINI
KARINA BAVARO ALVES

000/092

PEDIDO DE CERTIDÕES

JOSÉ BORGES DA CRUZ FILHO

TITULAR

EDIFÍCIO DO FÓRUM CÍVEL
AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 - TÉRREO - CEP 80530-906

RECUPERAÇÃO JUDICIAL * FALÊNCIA * CONCORDATA * CRIME * CÍVEL
VARAS CRIMINAIS-VARAS DA FAZENDA-VARAS DA FAMÍLIA-PRECATÓRIA DA VARA DE EXECUÇÕES PENAS
EXECUÇÕES FISCAIS DO ESTADO E DO MUNICÍPIO - REGISTROS PÚBLICOS - TRIBUNAL DO JURI
TABELIONATOS - JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

CERTIDÃO NEGATIVA FEITOS AJUIZADOS

CERTIFICO, a pedido de parte interessada, para FINS GERAIS, que revendo os livros de registros de distribuições físicas e eletrônicas de AÇÕES DE FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, existentes nesta serventia, dos mesmos NÃO CONSTA qualquer ação contra:

ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DAS ENTIDADES PREVIDENCIARIAS MUNICIPAIS - APERREV

CNPJ.05.763.089/0001-61

no período de 18 de março de 1963 (data da instalação deste cartório - Lei No.4.677, de 29/12/62) a 18/11/2025 .

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Curitiba, 19 de novembro de 2025 .

LUIZ CARLOS KOFANOVSKI

Escrevente Juramentado

Emitida por: LUIZ
Lei nº19.803 de 21/Dez/18
Tabela XVI dos Distribuidores nº VI letra a (R\$ 42.95)

1º
OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Digitally signed
by 1º OFÍCIO DE
DISTRIBUIDOR
DO FORO
CENTRAL DA
COMARCA:751552
67000157
Date:
2025.11.19
12:20:29 GMT-
03:00

*** Se impressa, verificar sua autenticidade no <http://www.1distribuidorcuritiba.com.br/autentica> usando o código 683AC665 ***

DECLARAÇÃO

A Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios - APEPREV, com sede na Av. Cândido de Abreu, 660, Sala 407 – Centro Cívico – Curitiba- PR, CNPJ nº 05.763.089/0001-61, DECLARA:

1 - não possui em seu quadro, funcionários menores de dezoito anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não possui nenhum funcionário menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, atendendo ao que dispõe o art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

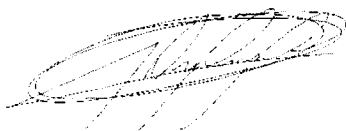
2 - que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133/21), aplicável apenas para pessoa jurídica com 100 (cem) ou mais empregados em seus quadros, nos termos do art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91;

3 - que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4 - que nos 5 (cinco) anos anteriores à data deste documento, não sofreu condenação judicial, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

Atenciosamente,

Curitiba, janeiro de 2026.



MÁRCIO OLIVEIRA APOLINÁRIO

Presidente

CPF: 194.242.178-89

RG: 3.960.882-0

000094

HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2026

Objeto: Pagamento de inscrições em cursos da "2ª Semana Previdenciária da APEPREV"

Contratada: Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias Municipais - APEPREV

CNPJ: 05.763.089/0001-61

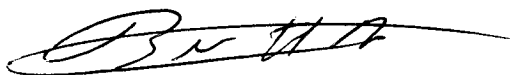
Valor Total: R\$ 8.635,00

Prazo: 30 dias

Fundamento Legal: Art. 74, Inciso III, alínea "f" da Lei n.º 14.133/2021.

Usando das atribuições legais, homologo o presente processo de **Inexigibilidade de Licitação**.

Imbituva/PR, 14 de Maio de 2026.



BERTOLDO ROVER
PREFEITO MUNICIPAL



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Prefeitura do Município de Imbituva - Estado do Paraná

000095

SEXTA-FEIRA, 15 DE MAIO DE 2026

ANO: XV

EDIÇÃO Nº 1739

Pág.: 13

Total de Pág.(s): 36

ATOS DO PODER EXECUTIVO

HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2026

Objeto: Pagamento de inscrições em cursos da "2ª Semana Previdenciária da APEPREV"

Contratada: Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias Municipais - APEPREV

CNPJ: 05.763.089/0001-61

Valor Total: R\$ 8.635,00

Prazo: 30 dias

Fundamento Legal: Art. 74, Inciso III, alínea "f" da Lei n.º 14.133/2021.

Usando das atribuições legais, homologo o presente processo de **Inexigibilidade de Licitação**.

Imbituva/PR, 14 de Maio de 2026.

BERTOLDO ROVER

PREFEITO MUNICIPAL



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com
Certificado Padrão ICP - Brasil E Protocolado com
Carimbo de Tempo SCT.

A Prefeitura Municipal de Imbituva da garantia da autenticidade
deste documento, desde que visualizado através do Site
www.imbituva.pr.gov.br.

000096

Município	Entidade	Modalidade	Situação	Licitação	Edital	Valor
Imbituva	Fundo de Previdência Municipal de Imbituva	Processo Inexigibilidade	(Em branco)	1/2026	8/2026	8.635,00

14/05/2026
Lançamento do edital

14/05/2026
Abertura do edital

(Em branco)
Encerramento das propostas

(Em branco)
Cancelamento

25/05/2026

Edital

PAGAMENTO DE INSCRIÇÕES EM CURSOS DA "2ª SEMANA PREVIDENCIÁRIA DA APEPREV"

Objeto

Historico da situação

Data

Situação

Motivo

Historico das datas

Data

Historico

Compras e Serviços

Lei 14.133/2021, Art. 74, III, f

Normal

Não se Aplica

Não

Classificação objeto

Amparo legal

Natureza

Modo de disputa

Orçamento Sigiloso

Detalhamento dos itens dos mapa de edital de licitação									
Nr Lote	Nr Item	Item	Grupo PNCP	Qtde item	Valor Mínimo	Valor Máximo	Valor total item	Un	
1	1	INSCRIÇÃO CURSO PRÓ-GESTÃO DATA: 17 A 19 DE JUNHO DE 2026. LOCAL: RESTAURANTE MADALOSSO (CURITIBA/PR) PROGRAMAÇÃO: - SESSÕES TEÓRICAS: A) FUNDAMENTOS DO PRÓ-GESTÃO: EXPLANAÇÃO SOBRE OS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA CERTIFICAÇÃO PRÓ-GESTÃO, INCLUIN	OUTROS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO	6,00	0,00	815,00	4.890,00	Unidade	
1	2	INSCRIÇÃO CURSO APOSENTADORIA ESPECIAL E BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DATA: 17 A 19 DE JUNHO DE 2026. LOCAL: RESTAURANTE MADALOSSO (CURITIBA/PR) PROGRAMAÇÃO: - APOSENTADORIA ESPECIAL: A) SERVIDOR COM DEFICIÊNCIA; B) AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E	OUTROS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO	2,00	0,00	1.215,00	2.430,00	Unidade	
1	3	INSCRIÇÃO CURSO CONTABILIDADE E CÁLCULO ATUARIAL NA VISÃO DO TCE DATA: 17 A 19 DE JUNHO DE 2026. LOCAL: RESTAURANTE MADALOSSO (CURITIBA/PR) PROGRAMAÇÃO: - OBJETIVO:	OUTROS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO	1,00	0,00	1.315,00	1.315,00	Unidade	
Total							8.635,00		

É Adesão?		Tipo de adesão		Adesão a outra licitação		Entidade Adesão	
Não	Não se Aplica						

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 1/2026



Última atualização 19/05/2026

Local: Imbituva/PR Órgão: FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE IMBITUVA

Unidade compradora: 14 - FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL

Modalidade da contratação: Inexigibilidade Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 74, III, f

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta Modo de disputa: Não se aplica Registro de preço: Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 19/05/2026 Situação: Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 07795416000192-1-000004/2026 Fonte: Equiplano Sistemas LTDA / Equiplano Sistemas

Objeto:

PAGAMENTO DE INSCRIÇÕES EM CURSOS DA "2ª SEMANA PREVIDENCIÁRIA DA APEPREV"

Informação complementar:

Inexistente

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 8.635,00	R\$ 8.635,00

Itens	Arquivos	Atas de Registro de Preço	Contratos/Empenhos	Histórico
Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário	
1	INSCRIÇÃO CURSO PRÓ-GESTÃO	6	R\$ 815,00	
2	INSCRIÇÃO CURSO APOSENTADORIA ESPECIAL E BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	2	R\$ 1.215,00	
3	INSCRIÇÃO CURSO CONTABILIDADE E CÁLCULO ATUARIAL NA VISÃO DO TCE	1	R\$ 1.315,00	

Exibir: 5

1-3 de 3 itens

Página: 1

< Voltar



Este documento foi publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas em 19/05/2026.

Este documento foi publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas em 19/05/2026. O ato de contratação foi publicado no Diário Oficial da União em 19/05/2026. O ato de contratação foi publicado no Diário Oficial da União em 19/05/2026.

Elaborado pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, em 19/05/2026, colegiando deliberativo com suas atribuições e competências previstas no Decreto nº 10.744, de 9 de agosto de 2021.